

**UMA REFLEXÃO SOBRE O MOVIMENTO  
INDÍGENA DO BRASIL**

**ÁLVARO TUKANO**

**1993**

UMA REFLEXÃO SOBRE O MOVIMENTO INDÍGENA DO BRASIL

ALVARO TUKANO

1993

*"O primeiro passo que nós demos é eliminando, juntamente com o CIMI, aqueles falsos líderes, que se julgavam ser líderes, mas que enfraqueciam nossa organização. Então nós elaboramos uma documentação, desmentindo tudo. E aí fez com que o CIMI nos desse mais força e que os índios desse mais força para o CIMI, porque ele entrou em acordo, fez uma aliança de eliminar a desunião dos povos indígenas". (pág.38 - Filhos da Terra - 92/UFRJ).*

A intenção deste informe é dar uma contribuição aos líderes das organizações indígenas que, por não conhecer a realidade do passado ou simplesmente pela influência de terceiros, criaram dificuldades para fortalecer a nossa luta. Heróis no passado de ditadura, de constante invasão de missionários e outros agentes do Estado para calar a nossa voz, certos guerreiros pensaram e fundaram a UNI - UNIAO DAS NAÇÕES INDIGENAS, em 19 de abril de 1980, em Campo Grande - MT. Ali estiveram o finado Marçal de Souza - GUARANI; Domingos Veríssimo - TERENA - 1 Presidente Provisório; Mário Juruna - XAVANTE e demais autoridades tribais: intelectuais como Darcy Ribeiro, hoje Senador - PDT/RJ; Dr. Alain Moreau, Dra. Carmen Junqueira e representantes das entidades de

apoio.

Percebíamos muita inquietude da sociedade nacional, logo não podíamos ficar fora do movimento, pois todos procuravam meios para sair da ditadura militar, que tinha muita influência na FUNAI e nas missões religiosas. Por exemplo, na Prelazia do Rio Negro - AM, dominava o Dom Miguel Alagna, aliado dos políticos e militares que representava os índios diante da Igreja e do Estado. Na época já havia desunião no clero e isso era manifestado pelo Conselho Indigenista Missionário - CIMI, que funcionava em Manaus e cujo Presidente era Dom Tomás Balduino e Padre Paulo Suess - Secretário Geral. Foi nessa ocasião que saímos pela primeira vez do Brasil, eu e Mário Juruna, para denunciar o etnocídio da Igreja no Rio Negro e dar informação real ao mundo sobre a situação dos índios brasileiros. Tal coragem valeu, porque até agora não paramos e encontramos inimigos indígenas, funcionários da FUNAI e políticos. Eramos manchete dos jornais, mas atrás da gente vieram agentes da FUNAI - Cel. João Carlos Nobre da Veiga; Gal. Euclides Figueiredo - Comandante do Comando Militar da Amazônia; Dom Miguel Alagna - Prelado do Rio Negro; Padres e freiras salesianos e catequistas indígenas. E o povo em geral não sabia de nada o que passava no Brasil.

No tempo dos meus primeiros anos de colégio - 1963 a 1973 - nós, índios das missões salesianas da Prelazia do Rio Negro - PRN, tivemos um processo de educação para agradar as autoridades constituídas. As comitivas de chefes militares, eclesiais e políticos sempre foram recebidas com honras

pelos salesianos. Havia muita festividade nos colégios, cantávamos os hinos cívicos só para aguardar os missionários e visitantes, nunca e ninguém nos falou sobre a ditadura militar. Pelo contrário, os índios faziam desfiles e usavam os fuzis e, assim, demonstravam uma grande "civilização" introduzida pelos missionários, que na realidade ninguém queria saber da questão indígena. Mas, nas comunidades havia resistência contra a imposição dos comerciantes e diretores das paróquias que discriminavam, a nossa cultura. Era preciso mudar a mentalidade.

Na ocasião, conheci o clérigo salesiano Renato Athias que trabalhava no CIMI - Manaus, este foi parar em Paris, fez doutorado e mais tarde dirigiu a OXFAM, sediada na Inglaterra, com representação no Recife/PE. José Ribamar Bessa foi à Paris fazer doutorado e hoje está na UERJ. Professor Ademir Ramos e Ricardo Parente ficaram na FUA - Fundação Universidade do Amazonas. O Padre Paulo Suess simplesmente sumiu de minha vista, mas ficou ao lado dos salesianos.

Nós, líderes indígenas, não somos oportunistas para seguir nossas carreiras nas universidades. Como vemos aqui, a maioria do CIMI/Manaus se aproveitou para fazer suas pesquisas e foi estudar na Europa, enquanto nós permanecemos nessa luta. Eu sei que muitos companheiros ainda não percebem que certas pessoas da FUNAI, CIMI e de outras ONGs não têm muita seriedade quando se fala de índio, estes se preocupam mais com questões pessoais e enfeitar suas instituições.

E nos piores momentos de perseguição, fome e briga,

apenas o Professor Paulo Monte teve a coragem de dar a comida; e a jornalista Verenilde acompanhou firmemente através da imprensa. A tia Ana, sem dúvida, foi a única mãe e suportou toda pressão. Não tive espaço em Manaus e nem em Pari-Cachoeira/AM, por onde a influência de Dom Miguel e militares predominava. E fui obrigado a sair de minha terra, deixar meus pais e irmãos, parentes e todos das comunidades de Maracajá, Santa Luzia, Cucura, Nova Fundação, Santo Antônio e São José, comunidades grandes que faziam parte de minha aldeia São Francisco. Tivemos um desequilíbrio total, sem apoio de ninguém. Mais tarde o chefe de São Francisco, Casimiro Sampaio, deixou a escolinha e a capela e se mudou para longe dos missionários, BR-307, Km 100, Parque Nacional do Pico da Neblina. São Francisco virou mato de novo, apenas ficou na memória de nossos parentes que permaneceram em outras aldeias.

Nessa mesma ocasião, em Brasília, um grupo de estudantes indígenas sofreram a pressão do Presidente da FUNAI, Cel. João Carlos Nobre da Veiga, e logo formaram uma corrente de resistência, também chamada UNI - União das Nações Indígenas. Nesse momento destacou-se o companheiro Marcos Terena, que soube articular a posição de seus companheiros através da imprensa e ter o apoio do Mário Juruna e de outros caciques do Centro-Oeste. Foi importante essa resistência.

Entre os dias 25, 26 e 27 de abril de 1981, com a iniciativa da Comissão Pró-Índio de São Paulo - CPI e de outras entidades, em São Paulo, capital, houve um encontro

das lideranças indígenas do Brasil. Na ocasião, o grupo mais organizado era dos Xavante, e ali estavam o Mário Juruna, Aniceto, Paulo Nonda, Celestino e outros para pressionar o Governo e exigir a eleição da UNI - União das Nações Indígenas. O Marcos Terena foi eleito para Presidente; eu, Alvaro Tukano, para Vice-Presidente; e Lino Miranda para Secretário Geral. Pareceu bem, pois não havia rejeição. Partimos para Aquidauana/MS, a fim de completar o quadro da diretoria, mas fomos surpreendidos pelo Domingos Veríssimo que não aceitou o Marcos Terena na presidência. Foi uma vergonha para os visitantes, e nós ficamos atrasados por causa da briga interna dos Terena: Domingos e Marcos.

Nessa confusão o Marcos Terena ficou mais em Brasília, estudando na Universidade e fazendo vôos nos aviões da FUNAI. Eu e Lino Miranda, com o apoio das entidades e dos parlamentares do PMDB - Márcio Santilli, Aldo Arantes, Arthur Virgílio Neto e outros, ocupamos um espaço no Congresso Nacional. Pelas entidades ficou responsável uma mulher, conhecida como CONCITA, e foi uma grande companheira. Na ocasião apareceu o Sr. Porfírio de Carvalho, ex-delegado da FUNAI, em Manaus e Barra do Corda, e quis manipular o nosso movimento, por isso, brigamos e pedimos o afastamento do mesmo. O Sr. Porfírio de Carvalho é um exemplo típico de sertanista ou indigenista que gosta de "tutelar" o índio; na prática, este sempre vive às custas do índio "tutelado"; ele, hoje, assessora a ELETRONORTE nos WAIMIRI-ATROARI, PARAKANA e é um grande defensor das barragens; utiliza certos antropólogos para dar o parecer favorável à ELETRONORTE.

Também foi assessor do Deputado Mário Juruna juntamente com outro sertanista, Odemir Pinto; na prática não assessoraram, mas sim derrubaram o companheiro Juruna.

Estando no Congresso Nacional e com apoio das entidades realizamos o I Encontro Nacional dos Povos Indígenas, isto é, promovido pela UNI que reuniu mais de 500 líderes. Fizemos um avanço político e tornamos a fazer outro no ano seguinte. Com a mesma relevância enfrentamos a brigada Militar do Gal. Newton Cruz, a Cavalaria e Polícia Militar na porta da FUNAI, e a tentativa de ingerência da Polícia Federal. Nesses momentos o Mário Juruna e outros líderes saíram fortalecidos, porque não havia divisão entre índios e pessoas das entidades e os representantes dos trabalhadores sempre foram grandes aliados.

Naquela época pensamos em fortalecer a Amazônia e foi elaborado um projeto para realizar o encontro em Tefé, terra do Secretário-Geral da UNI. Ficou difícil, pois este usou os recursos para outros fins e houve o desfalque com o Sr. Agostinho por causa do barco e, conseqüentemente, o Lino Miranha foi se afastando cada vez mais, mas foi um grande articulador e me deixou só na linha de frente, perdendo o contato com os companheiros de Tefé.

No prazo de um ano conseguimos cumprir os compromissos e realizamos várias assembleias regionais. Porém, nos faltava a referência e, por isso, a CPI-SP nos cedeu um pequeno espaço no Convento dos Dominicanos, em Perdizes, São Paulo. Foi o único lugar, pois o CIMI não aceitava facilmente, porque a minha relação ficou feia com Dom Miguel Alagna e

militares.

Num espaço pequeno, apertado, vimos o desenvolvimento da UNI; muitas reuniões, levantes indígenas contra os fazendeiros e FUNAI, prisões e mortes, etc. Eu e Ailton Krenak trabalhamos feito loucos para minimizar os problemas, chamar atenção na imprensa nacional e internacional e recebemos muito apoio da sociedade. Aqui, vale destacar, que a CPI-SP nos apoiou na infra-estrutura e com o conhecimento nas universidades. A Dra. Manoela Carneiro, Eunice Durhan, Lux Vidal e outras professoras da USP formaram nova geração nas universidades, isto é, pessoas solidárias com a questão indígena. Além disso, a CPI/CEDI/CTI sempre estiveram ao lado da UNI e colaborando em assuntos práticos, buscando o apoio da OAB. Por isso, como profundo conhecedor destas entidades, registro aqui o sincero agradecimento. Em nenhum momento estas pessoas nos humilharam e nem derrubaram os nossos líderes, mas sim fomos e somos companheiros de luta.

A proporção do crescimento da UNI, nos aliamos com trabalhadores urbanos e rurais, e fizemos um passo importante de luta conjugada. Ninguém assumiu aleatoriamente a UNI, mas sim com voz própria, mobilização e com sede em São Paulo, porque lá é que tínhamos espaço na imprensa e apoio maciço dos sindicatos e ninguém ficou distante dos índios, como certos assessores querem denegrir a nossa imagem.

Muitos índios foram levados a São Paulo para fazer tratamento de saúde, porque a FUNAI e outras entidades não se interessam por esse lado. Eu e Ailton Krenak procuramos a Escola Paulista de Medicina, procuramos amigos do

CEDI/CTI/CPI e assim solucionamos os problemas. Outros problemas, infelizmente, não alcançamos solução, porque não tínhamos apoio das entidades e sim buscávamos o diálogo para futuras relações. Agora o companheiro Ailton Krenak ajudou muita gente na prática. Por exemplo, entre tantos índios que não receberam assistência de saúde na FUNAI e eu fui um deles, fiz tratamento de Leishmaniose e fiquei na casa deste companheiro. O Manoel Fernandes Moura também ficou fazendo o tratamento na casa dele, ou seja, o Krenak não deixou morrer muita gente. Quando não era para tratar de saúde, por exemplo cursos técnicos, arranjou também. O Marcos Terena ficou na casa do Krenak uns três meses, fazendo o curso de piloto. Estas tarefas ou compromissos práticos de ajuda não foram mencionados pelos críticos e colunistas internacionais.

A UNI sempre tomou uma decisão clara e firme para pressionar o ESTADO BRASILEIRO, a fim de denunciar as invasões na Amazônia e em todo país. Nós, como dirigentes da UNI, sabemos muito bem o que fizemos em conjunto. Por exemplo, não chegamos a conhecer os seguintes presidentes da FUNAI:

1. José de Queiroz Campos (dezembro/67 a junho/70)
2. Gal. Oscar Jeronymo Bandeira de Melo (junho/70 a março/74)
3. Gal. Ismarth Araújo de Oliveira (março/79 a novembro/79)

A UNI derrubou os seguintes presidentes da FUNAI:

1. João Carlos Nobre da Veiga (novembro/79 a outubro/81)
2. Cel. Paulo Moreira Leal (outubro/81 a julho/83)
3. Dr. Otávio Ferreira Lima (julho/83 a abril/84)

4. Dr. Jurandy Marcos da Fonseca (maio/84 a setembro/84)
5. Polícia Federal/SP - Nelson Marabuto (setembro/84 a abril/85)
6. Cel. Ayrton Carneiro de Almeida - impedido de tomar posse pela UNI, sua nomeação ficou apenas no papel.
7. Sgt. Gérson da Silva Alves (abril/85 a setembro/85)
8. Alvaro Villas Boas (setembro/85 a novembro/85)
9. Apoena Meireles (novembro/85 a maio/86)
10. Romero Jucá Filho (maio/86 a setembro/88)
11. Iris Pedro de Oliveira (setembro/88 a março/90)
12. Cel. Antonio Carlos Carneiro - morreu um dia antes de tomar posse.
13. Cel. Ayrton Alcântara (março/90 a agosto/90)

Até aqui, alguns assessores do CIMI ficaram com ciúmes do Ailton Krenak e outros, e começaram a jogar índio contra índio, por isso, perdemos a força de comunicação por não ter jornal como eles. Mas, observamos e continuamos desafiando os seguintes presidentes da FUNAI:

1. Sgt. Contidio Guerreiro Guimarães (agosto/90 a julho/91)
2. Sidney Ferreira Possuelo (julho/91 a maio/93)
3. Cláudio Romero, que está sob pressão internacional de políticos anti-índigenas, por isso, não vai durar nada. O outro passará no mesmo caminho.

E, sem dúvida, a FUNAI não vai mudar enquanto ela e o movimento indígena tiverem influência de terceiros.

E bom analisarmos que conseguimos muitos avanços, porque a UNI fez tantas reuniões importantes, mas nunca deixamos falar da vida alheia, rebaixar qualquer companheiro

ou expedir notas de protesto/queixas junto às opiniões das ONGs e na imprensa. Dirigimos, sim, em cima do Estado e seus componentes (FUNAI, fazendeiros/políticos).

A UNI, através do Ailton Krenak e Davi Yanomami, ganhou prêmios Nobel. Ficamos alegres, mas outros ficaram com ciúmes e começaram a dividir a UNI, ignorar os nossos trabalhos e utilizar as colunas de seus jornais para denegrir a imagem de nossos companheiros e promover reuniões paralelas, e fizeram uma malícia incomparável e queriam de novo manipular a VOZ AUTENTICA DA UNI.

Na época vivíamos momentos amargos, de muita polêmica e de muitas invasões. Sob pressão em Pari-Cachoeira - Rio Negro, em 1986, deixei a UNI Nacional sob coordenação do Ailton Krenak, UNI-Amazonas sob coordenação do Manoel Fernandes Moura que, em conjunto, fizeram uma grande reunião em Itacoatiara. Vieram líderes importantes de Roraima, Rio Negro, Tabatinga, Parintins e etc. Sim, lembro do Manoel Moura (UNI/AM), Terêncio da Silva e Clóvis Ambrósio (UNI/RR), Pedro Mendes e Pedro Inácio (UNI/Solimões), Tuxaua Donato Sateré-Mawé (UNI/Parintins), Carlos Eugênio e outros do Rio Negro. Todos eram da UNI e eram fortes, não havia discriminação. Estiveram presentes os representantes das entidades, por sua vez, a UNI convidou o Paulo Maldus, CEPIS/São Paulo, para assessorar e difundir a nossa luta junto à sociedade nacional. Assim, sem dúvida, todos os líderes saíram fortalecidos e levaram novas mensagens de luta para suas comunidades.

Portanto, os trabalhos da UNI-Amazonas ficaram sob a

coordenação de Manoel Fernandes Moura, pois eu fiquei para acompanhar os processos do movimento em Pari-Cachoeira. Na época enfrentamos polêmica por causa da invasão de garimpeiros/Paranapanema, na Serra do Traira, e ainda as instalações de Quartéis do Projeto Calha Norte. Todos estes fatos registrei e arqueei os ofícios que foram encaminhados para Brasília, fiz relatórios para que sirvam de instrumentos de luta para futuros líderes daquela região.

Mesmo sem apoio das ONGs e FUNAI, realizei trabalhos importantes para conscientizar os nossos vizinhos de Taracua e Iauareté, pois havia muita confusão de idéias para defender os nossos territórios e até naquele momento não havia resistência por parte das tribos dos Rio Içana/Xiê e ribeirinhos do Baixo/Alto Rio Negro. A maioria de nossos irmãos estavam mais ligados a certos missionários que queriam monopólio sobre os índios e não aceitaram muita conversa. A influência dos missionários salesianos ficou frágil diante do Projeto Calha Norte, porque antes todas essas missões tiveram grandes contingentes de índios em regime de internato e nós sempre fomos treinados para defender o Brasil e ser "cristãos católicos" e não trocar por outras religiões. Mas tudo isso foi pura utopia e logo começamos a dialogar em tukano com nossos parentes, porque certos líderes temiam as ordens do diretor/diretora das missões, por serem repreendidos quando fossem vender seus produtos nas lojas deles ou mesmo para que seus filhos não perdessem os estudos. Como se vê, vivíamos no sufoco. A desconfiança de missionários, garimpeiros/empresários e militares só deixaram mais

problemas em nossa união.

#### TRIANGULO TUKANO/FOIRN

Nós, índios de Pari-Cachoeira, fomos taxados de atrasados, pessoas que não aceitavam o progresso e de outras acusações pejorativas. Assim, nos organizamos melhor para discutir com os representantes dos governos e seus aliados, e sempre tratamos bem os nossos vizinhos de Taracua e Iauareté. Em Pari-Cachoeira centralizamos informações de nossas atividades e exercemos um papel importante para unir os 75 líderes das aldeias do Rio Tiquié e prendemos três vezes os funcionários dos ministérios de Brasília, agentes da FUNAI e da Paranapanema. Certo dia, em Pari-Cachoeira, reunimos os tuxauas de 75 aldeias para analisar o Projeto Calha Norte e Paranapanema. Em conjunto, sob minha assessoria, mandamos uma carta ao General Rubens Bayma Dennys, dizendo que Pari-Cachoeira defendia incondicionalmente a demarcação da terra e que em hipótese alguma aceitava a instalação do quartel como Iauareté, Querari, São Joaquim e Maturacá. Em resposta, recebemos uma comitiva do Exército que veio medir a instalação do quartel, ligado ao Aeroporto Eduardo Gomes, mas não aceitamos aquela palhaçada. O capitão Henrique Castro, Tukano, pediu ao Exército para erguer o quartel na FRONTEIRA, povoado dos TUIUKA, que fica na divisa com a Colombia. Porém, os TUIUKA também não aceitaram a proposta do General Bayma e mandaram embora. Por isso, em Pari-Cachoeira não temos quartel, e ainda por cima mandamos ir embora a empresa de mineração Paranapanema. Nesse local prendemos 40 funcionários



do governo. Iam morrer o Coronel Nelson Dornelles - Paranapanema, o Coronel Luis Guadalupe - chefe de assessoria do Serviço de Informação da FUNAI, Sebastião Amâncio da Costa - delegado da FUNAI em Manaus. Mas quem estragou a nossa reunião foi o Padre Luis Sartori, portador de carteira de garimpeiro e comprador de ouro. Ele veio defender a FUNAI e o governo, por isso, eu tive que segurar nas mãos e no pescoço dele diante de 200 pessoas e parti para agressão física. Mas ninguém me apoiou e os próprios Benedito Machado e Henrique Castro ficaram com medo ou com pena do Padre Luis Sartori. E muitos outros índios não entenderam nada. A noite articulamos, e, pela manhã, convocamos uma reunião extraordinária e demos uma lição de moral em cima de toda comitiva, enfim o Tuxaua Henrique Castro e 75 chefes tradicionais dos povoados me entregaram o cetro tradicional de autoridade para representar/defender a demarcação da terra junto às autoridades de Brasília. As pessoas que mencionei acima antes não aceitavam a minha liderança geral, mas foram obrigados a aceitar e me trouxeram para Brasília. Fiquei três anos entre Pari-Cachoeira e Brasília, consegui a demarcação e união de líderes daquela área. Mas, mesmo assim, não agradei a todos que, por influência de terceiros começaram denegrir a minha imagem na imprensa nacional/internacional. Só que estas pessoas nunca fizeram nada de concreto para apoiar nos piores momentos. Eu sim estive ao lado dos tuxauas e aprendi bastante, por isso, sou grato ao povo de Pari-Cachoeira. Realizamos várias viagens em comitivas para Brasília, porque alguns líderes diziam que nós, os líderes, vivíamos roubando

muito dinheiro do governo e das entidades. O povo de Pari-Cachoeira mandou o índio TUIUKA, EMILIO PRADO, cunhado do Tuxaua Henrique Castro, para vigiar os trabalhos e ditos roubos do Benedito Fernandes Machado. Em seguida, delegou outro TUIUKA, HIGINO TENORIO, para os mesmos fins. Creio que valeram as lições, pois passamos fome e não tivemos apoio da FUNAI e nem das ONGs, e logo esses dois desistiram de fazer viagens para discutir com as autoridades de Brasília. Também não continuaram com compostura de valentes e explicaram sobre as dificuldades que enfrentamos. Para corrigir os erros internos, acusar ou levar falso testemunho em Pari-Cachoeira, também trouxemos o Henrique Castro, Ovidio Cunha Barreto e outros líderes de expressão para essa mesma missão. Foi outro desastre. Todos reclamaram de cansaço, falta de apoio das entidades, dos governantes e nem os nossos feiticeiros funcionaram para realizar certos trabalhos. Voltamos para casa sem nada, só com papel escrito pelas autoridades de Brasília que não satisfazia a ninguém.

As reuniões que realizamos em Pari-Cachoeira também serviram de lição para os nossos vizinhos que não queriam nada com a demarcação das terras. Estes viram todas as nossas brigas e levaram mensagens para suas aldeias.

A outra função que exerci foi criar a FOIRN - Federação das Organizações Indígenas do Rio Negro, em São Gabriel da Cachoeira. Criei essa federação com base política daquela região, pois era necessário tomar as forças que existiam naquela região. Um dos articuladores foi o companheiro Manoel Fernandes Moura. Em Manaus passamos as dificuldades de



sempre, falta de apoio, mas criamos a FOIRN em meio a grande polêmica. Certos missionários e militares, que gostavam de tutelar, me criticaram quando criei a FOIRN. Diziam que era absurdo e ia acabar, que não existiam mais índios no Rio Negro. Realmente, foi uma conversa sem fundamento, mas conversei com os líderes para sustentar o processo. Tivemos processos duros, interferência do ESTADO/IGREJA e falta de compreensão por parte de certos dirigentes indígenas. Mas tudo valeu para história de nosso povo que conseguiu retomar uma filosofia indígena. A FOIRN ficará mais forte quando as tribos resgatarem sua memória/tradição cultural e melhorar a economia nas aldeias. Ainda temos, infelizmente, certos índios que não assumem sua identidade e que querem ser brancos com cara de exóticos. Mas, quando ficam doentes vão parar nas Casas do Índio/FUNAI e sofrem calados ou até pegam outras doenças. Nós, índios, precisamos ter um espírito forte, reconciliador, ser solidários para todas as questões que prejudicam aos seres humanos. Devemos ser simples, não ser egoístas ou oportunistas e nunca baixar a voz e a cabeça diante das autoridades do Brasil. Assim, podemos encarar melhor a nossa luta, que não tem preço, mas o amor pelo nosso povo é mais importante, por isso exerci influência no Planalto e solicitei dinheiro e aviões para realizar uma assembleia extraordinária em São Gabriel da Cachoeira, pois muita gente só criticava o Projeto Calha Norte e Paranapanema. Convidei, como dirigente da UNI-Nacional, os representantes oficiais, civis e militares, CIMI, CEDI e políticos regionais. Conseguimos reunir 400 líderes, e,

assim, estava dado o passo do nosso movimento. Infelizmente, muitos jornais não tiveram sequer a noção da UNI e, agora, muito menos o que seria a FOIRN. Mesmo assim, todos voltaram para suas casas, levando novas mensagens. Mas os missionários ficaram desconfiados e logo influenciaram certos líderes para desviar a atenção da FOIRN; nessa passaram os políticos e militares, ou seja, todo mundo queria tratar de assuntos indígenas do Rio Negro.

Sempre apoio novos líderes para exercer os cargos, por isso, apoiei o Edgar Fernandes Rodrigues e Orlandino Melgueiro da Silva para dirigir a FOIRN. Logo, eu e outros líderes ficamos insatisfeitos, porque o CIMI e outras pessoas das entidades se aproveitaram da polêmica para fazer suas teses de pesquisa e fazer politicagem. Nesse período a FOIRN foi dirigida por um desconhecido, Jorge, que se dizia ser índio Tukano de Pari-Cachoeira, mas que nós o desconhecíamos. De repente a FOIRN servia como canal para oportunistas que antes nunca queriam ser índios e agora eram líderes das entidades ou propriamente do CIMI. Não havia consistência na luta e nem na conduta, e a FOIRN caiu. Ficou apenas o índio BANIWA, GERSEM LUCIANO, os outros sumiram, mas os problemas aumentaram.

Nos reunimos com as diretorias de Taracú e Iauareté, a fim de analisar sobre os impasses no nosso movimento. Realizamos três importantes reuniões em Taracú (1) e Iauateré (2), e eu, pessoalmente, acompanhei em Manaus e Brasília para manter diálogo com os governantes e defender as demarcações de terra. Mostrei os caminhos para meus irmãos,

porque no mundo indígena os missionários escondem muito a verdade e têm o medo de perder o controle sobre os nossos líderes. Fiz o trabalho a meu modo, em conjunto, e saímos fortalecidos para fazer uma frente única e exigimos do governo demarcar os nossos territórios. Enfim, todo o alto Rio Negro ficou na história e a luta continua.

Ciente da situação interna, também não deixei de acompanhar o quadro nacional. Sempre procurei Mário Juruna, Mengaron, Marcos Terena, Ailton Krenak, Biracy Brasil, Pedro Inácio, Raoni, Estevão Taukane, Kurejete Karajá e outros para trocar informações. Articulei, sim, muitos trabalhos que fortaleceram a UNI-Nacional.

Não pude participar das reuniões paralelas promovidas pelas entidades, pois havia muita confusão entre índios, mas creio que foram importantes. Após as reuniões do Triângulo Tukano, para fortalecer a FOIRN, participamos de uma reunião da mesma em São Gabriel da Cachoeira. Convidamos o Ailton Krenak para tirar dúvidas e até firmamos o documento entre CIMI/UNI/FOIRN/CDIAB/CEDI. Mas o CIMI não publicou na íntegra o nosso documento, por isso, prejudicou todo o acordo, ou seja, partiu em defesa de projetos pessoais de seus assessores até hoje.

#### ATIVIDADES INTERNACIONAIS

Não paramos só em Rotterdan - Holanda. De modo geral a FUNAI sempre foi culpada de não termos recursos, por isso temos que buscar o apoio internacional de solidariedade. De minha parte, como UNI-Nacional, dei apoio concreto para nossa

luta. Quando os índios Sateré-Mawé sofreram a invasão da multinacional francesa, a Elfquittaine, conheci o líder Dico. Este era um líder forte que brigava contra o delegado da FUNAI, Kazuto Kawamoto, e contra o Gal. Euclides Figueiredo - Comandante do CMA (Comando Militar da Amazônia). A princípio teve o apoio do Dep. Federal Mário Juruna, que levou no comando do CMA uma das bombas que foram enterradas no território Sateré-Mawé. Ao todo foram enterradas 40 toneladas de dinamites e a FUNAI/CMA sempre estiveram ao lado da multinacional.

Na ocasião realizamos uma grande conferência em Genebra - Suíça, a fim de discutir sobre os crimes dos governos latino-americanos contra os povos e territórios indígenas. Comprei com o dinheiro de minha bolsa de estudo (correspondente a todo o Curso de Sociologia), três passagens de ida e volta para os seguintes líderes: Dico Sateré-Mawé, Daniel Cabixi e Valdir Tobias. Participamos em conjunto, como delegação da UNI, e resolvemos a questão da indenização para os Sateré-Mawé. Enfim, a UNI-Nacional cresceu, mas eu nunca mais pude continuar os meus estudos na PUC/São Paulo, porque gastei todo o dinheiro ajudando os nossos parentes e não me arrependo, porque avançar na luta é muito mais importante do que a realização pessoal.

Tive o prazer de convidar o Sr. Domingos Verissimo, Marcos Terena, Mário Juruna para fazer parte da delegação da UNI-Nacional e outros líderes para ampliar a nossa luta. Portanto, realizamos o trabalho simples para fortalecer os demais líderes.

### UNI X COICA

Entre os dias 25, 26 e 27 de junho/81, estive na cidade de Puyu - Equador, participando da reunião oficial sobre o Pacto Amazônico. Na ocasião tivemos uma discussão, em plena reunião oficial, com o Embaixador Adão Fonseca, que não me deixou expressar pela UNI Nacional, e disse que o INDIO não tinha voz própria, a não ser a FUNAI falando por este. A discussão teve o impacto triste diante de outros representantes indígenas, principalmente da Federação Centros Shuar e outras organizações equatorianas. Daí analisamos que era necessário a união dos índios da Amazônia Legal, por isso, realizamos várias reuniões nos seguintes países: Equador (2), Peru (2) e Venezuela (1). Em Lima/Peru formalizamos o acordo entre organizações nacionais e assim criamos a COICA - Coordinación de las Organizaciones Indígenas de la Cuenca Amazonica. A COICA representa as ações das organizações indígenas para defender os seus territórios, os direitos constitucionais de cada Estado, a integração de luta política dos Povos Indígenas.

Comigo passaram líderes importantes. Por exemplo: Apan Karakras, Miguel Tankamash, Evaristo Nunkuag, José Urañavi, Augusto Francis Lores, Gabriel Muyui e etc. Fomos criticados pelos agentes de governos e entidades científicas por buscar uma voz própria, mas conseguimos manter a comunicação entre organizações.

A COICA teve um papel internacional importante para defender os interesses de nossas organizações e caminhar

firmemente até hoje. Conheçamos um pouco de nossas atividades:

1 - Realizamos 70 eventos nacionais e internacionais, durante 44 meses. Embora com pouco recurso econômico e humano superamos as dificuldades, ou seja, fizemos o grande esforço para cumprir os compromissos internacionais.

2 - Com muita dinâmica a COICA trabalhou com:

- a) O Tratado de Cooperação Amazônica, suas Comissões Especiais e Projetos;
- b) O Fundo Regional Indígena e suas três reuniões técnicas preparatórias;
- c) O Banco Interamericano de Desenvolvimento;
- d) As cidades européias e a Aliança de Clima;
- e) As Organizações Ambientistas dos Estados Unidos e Aliança Indígena-Ambientalista;
- f) A Organização Internacional de Madeiras Tropicais e o Programa de Ação Florestal Tropical;
- g) A Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente e Desenvolvimento (CNUMAD) e seus quatro comitês preparatórios;
- h) O Fundo de Facilidade Ambiental Global;
- i) O Programa das Nações Unidas para Desenvolvimento da ONU;
- j) Organização das Nações Unidas para Agricultura e Alimentação:
  - l) A Organização Internacional de Trabalho e
  - m) Banco Mundial.

Em todas as instâncias nós sempre articulamos reuniões

internas e realizamos esforços para ter resultados e avanços importantes em relação e prestígio da COICA.

3 - Pelas distâncias e falta de dinheiro a UNI Nacional ficou numa situação difícil e não pode realizar a reunião da COICA. Mesmo assim, em diversos pontos da Amazônia surgiram grandes organizações indígenas. Em outros países, por serem de maior densidade indígena e suas organizações efetuarem Congressos Regionais/Nacionais, ampliou-se a direção da COICA. O Conselho Diretivo da COICA foi ampliado em Lima, em março/89 e maio/90; em São Ignácio de Moxos, Bolívia, em novembro/91, na ocasião do Seminário de Desenvolvimento Autônomo (1992) e da III Reunião Técnica do Fundo Indígena.

Quando consultados pelas instituições financeiras nunca tocamos nos assuntos internos e brigas de indivíduos que atrapalhavam o avanço da luta indígena, mas sim estivemos dando apoio às diversas ações. A marcha dos índios do CIDOB - Bolívia; OPIP - Equador; Prédio Putumaio - Colômbia e AIDSESP - Peru.

#### OS AVANÇOS CONSEGUIDOS E AS MAIORES RESPONSABILIDADES QUE PLANEJA A COICA

A longa e diversa experiência dos anos 89/92 resumimos a síntese de 21 triunfos políticos que nos comprometem muito, mas todavia há tarefas que ficam pendentes.

1 - A conquista simbólica e política da Europa pela COICA, criando uma aliança com 200 cidades para apoio político e econômico em defesa das Selvas Tropicais, o Clima e a Vida da Humanidade.

De minha parte, coloquei a FOIRN e outras organizações sérias da Amazônia para que seus projetos sejam aprovados. Ao todo a COICA tem 32 projetos junto à Aliança de Clima, todos para desenvolver um maior trabalho para estruturação das bases, para melhorar a comunicação e canalização de apoio seguro. Por isso não é de graça que surgem aliados para Amazônia e resto do Brasil, mas graças a nossa habilidade política.

2 - Hoje temos maior respaldo junto à COICA, após a reunião de Manaus, por parte dos índios amazônidas e nos fortalecemos ao nível de nove países. De fato com muito trabalho pela frente, estamos consolidando, mas é preciso ter confiança e respeito mútuo entre os dirigentes das organizações.

3 - No futuro teremos um grande passo para assegurar o suporte institucional da COICA e de suas organizações filiadas, através do FUNDO FIDEICOMISO - Estados Unidos.

4 - O reconhecimento político da COICA como interlocutor por parte de oito governos do Tratado de Cooperação Amazônica (TCA), através de uma Resolução do Conselho de Cooperação Amazônico, maio/90. Já participamos da Comissão Especial de Assuntos Indígenas Amazônicos (CEIA); mas é necessário que se cumpra a resolução da II Reunião da CEIA para participar também nas outras cinco comissões especiais sobre Meio Ambiente, Turismo, Ciência e Tecnologia, Saúde e Transporte.

5 - Estabelecer o precedente de que a TCA apoie oficialmente a tarefa de legalizar os Territórios Indígenas

Amazonicos, através da execução de um projeto com apoio da Comunidade Européia, que se inicia no Peru, Equador e Bolívia e se projeta ao conjunto da Bacia Amazônica. Faltam estabelecer convênios precisos que garantam nossos direitos na execução de ditos projetos.

6 - A decisão política do TCA de coincidir com a COICA, e aprovar como prioridade da Comissão Especial de Assuntos Indígenas Amazônicos (CEAIA) os programas sobre: Legalização de Terras; uso e manejo indígena da Selva Amazônica; participação em programas regionais, projetos de educação, complemento da medicina moderna e tradicional; produção e mercado; Legislação Indígena e impacto dos programas de desenvolvimento.

7 - O precedente de uma agência financeira vinculada à ONU, como é o FUNDO INTERNACIONAL DE DESENVOLVIMENTO AGRICOLA (FIDA), que decida executar um programa de autogestão, cujos projetos serão decididos e conduzidos pelas próprias organizações indígenas de base, inicialmente Venezuela, Brasil, Colombia e Bolívia, com projeções para toda Amazônia e de cuja junta de coordenação forme parte a COICA.

8 - O reconhecimento político e técnico da COICA, por parte do sistema das Nações Unidas e várias de suas agências, como trabalho de povos indígenas, a UNICEF e OIT.

E necessário reforçar o trabalho de nossa participação em outras agências importantes como a UNESCO, a Organização Panamericana de Saúde, a Organização Mundial de Propriedade Intelectual e o Tribunal de Aguas.

9 - O reconhecimento da COICA, como interlocutora, por

parte da Comunidade Científica Internacional, Centro de Pesquisa e Sociedade Internacional de Cientistas.

E importante neste sentido ampliar a experiência indígena sobre Defesa Territorial, sistematizada em um livro - "O INDIO E SEU TERRITORIO SOMOS UM SO" - de grande repercussão internacional. O mesmo resultado deve lograr agora com a pesquisa que efetua a COICA sobre o "Estudo de Estratégias para a Subsistência, Desenvolvimento Autônomo e Manejo Sustentável de Recursos dos Povos e Territórios Indígenas da Bacia Amazônica", que está sendo executado em cinco países.

10 - A maior consciência na comunidade internacional de coordenar a COICA e as organizações que a integram, sobre qualquer ação que incida sobre a Amazônia Indígena.

11 - O êxito da campanha da COICA por representar um movimento político indígena amazônico, conseguindo ser respeitada em seu dinamismo, alternativas, propostas e projetos concretos sobre Autodeterminação, Direitos Humanos e Coletivos, Territorialidade, Desenvolvimento Autônomo e suas relações com a comunidade internacional.

12 - Os avanços históricos das lutas das organizações indígenas amazônicas sobre demarcação territorial, reformas legais e constitucionais, sistemas próprios de educação e saúde que fortalecem as projeções da COICA.

13 - O impulso decisivo da COICA para forjar uma aliança entre os indígenas da Selva Amazônica junto aos das Selvas de Centro-América, Ásia, África e Pacífico Sul, através da criação da Aliança Mundial dos Povos Indígenas

14 - O êxito de nosso I Encontro de Cúpula entre Povos Indígenas Amazônicos e Ambientalistas, que produziu avanços objetivos e ações comuns, no início de uma Aliança Indígena e Ambientalista.

15 - A aceitação do princípio da paridade - governos e indígenas - nas decisões do FUNDO INDIGENA, embora estarem pendentes outras modificações planejadas pela COICA.

16 - O direito de consulta e respeito dos Direitos Indígenas, como base do espaço de debate conquistado pela COICA sobre as políticas gerais e projetos concretos do Banco Mundial, Banco Interamericano de Desenvolvimento e o Fundo de Facilidade Ambiental Global (GEF).

17 - O reconhecimento da Organização Mundial de Agricultura e Alimentação (FAO) e da Organização Internacional de Madeiras Tropicais (OIMT), do direito de consulta e respeito dos Direitos Indígenas nas políticas gerais e projetos concretos florestais, como um avanço nas relações e debates permanentes que sustenta a COICA.

18 - O respaldo crescente do movimento ambientalista na legalização dos Territórios Indígenas e suas estratégias de manejo de recursos, como o reconhecimento a um direito como povos originários e como uma alternativa eficaz frente à crise ambientalista global.

19 - A grandioza campanha da COICA em torno da Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento (CNUMAD), avançando-se no reconhecimento dos direitos de consulta e participação indígena, tanto ao nível

dos documentos feitos em acordo na CNUMAD quanto na Comissão da ONU para o Desenvolvimento Sustentável criado na ECO'92.

20 - O Prêmio pelo Dia Mundial do Meio Ambiente/91, da Fundação Goldman, dos Estados Unidos, que foi concedido ao Sr. Evaristo Nugkuag Ikanan, e a moral da Comunidade Internacional feita pela COICA, e as propostas dos Povos Indígenas da Amazônia.

21 - O êxito da campanha da COICA para ampliar os setores da Cooperação Internacional que estão dispostos a uma relação direta e respeitosa com as Organizações Indígenas da Amazônia, reduzindo os vícios de intermediários e manipulações.

Na época éramos poucos dirigentes para tantas tarefas, tivemos muitas dificuldades e escasso apoio financeiro para UNI-Nacional/COICA e suas organizações de base; poucos profissionais se dedicaram sem intenções ou projetos pessoais; foi impossível legalizar a instituição, por forças superiores do ESTADO; muitos dirigentes desistiram por não ter apoio econômico nos transportes e alimentação e foi difícil conseguir financiamento para reuniões das bases.

Creio que tivemos boas experiências entre 1980 a 1993, realizamos eventos importantes para recomeçar a luta autêntica e duradoura; firmar amizade entre as tribos e organizações para começar e lutar em conjunto pelos direitos territoriais; aprender coordenar pequenos e grandes seminários indígenas; provar a nossa própria capacidade e dizer aos eternos intermediários que é possível e necessário o projeto organizativo da COICA.

A UNI-Nacional/COICA alcançaram projeto próprio e sempre marcando em ritmo superior as nossas expectativas. Realizamos em trabalho correto e oportuno e recebemos como resposta o surgimento de muitas organizações em todos os países da Amazônia e foi possível dar uma resposta positiva dos aliados pela causa. Cobrimos e conquistamos grandes espaços políticos como povos organizados. Esse desafio não pára por aqui, pois devemos nos aprofundar em outras alternativas políticas e mostrar aos novos líderes a clareza da união, ampliar novos espaços para os nossos povos.

Não podemos ignorar todas essas tarefas duras, pois muito de nossos companheiros foram assassinados e não puderam ter essa alegria de analisar a História dos Povos Indígenas.

Após a ECO'92, o movimento indígena brasileiro passou por um processo de ampliação de força, de reflexão em busca de coesão para coordenar as atividades regionais, nacionais e internacionais.

Em todas as regiões da Amazônia as organizações indígenas começaram atividades para defender seus territórios e procuraram o apoio das entidades para poder mobilizar a opinião pública. Quase em todas as instâncias a FUNAI foi criticada, não porque fosse uma inimiga, mas sim porque seus tutelados, os povos indígenas, não têm a devida assistência e proteção prática. Obviamente, desde que surgiu a FUNAI, temos acompanhado as constantes sucessões de seus presidentes, a posição firme das entidades para defender os Direitos Constitucionais, pequenas e grandes concentrações dos povos

indígenas para exigir do governo e do Congresso Nacional, afim de garantir a demarcação de seus territórios e outros direitos.

Foi suficiente a conscientização de nossas organizações, e hoje já temos mais de 126 que buscam uma conjugação interna; mais comunicação entre suas lideranças e organizações; a liberdade de se expressar livremente, mas quando necessário, ficar unidos e traçar aliança com as entidades.

Não podemos dizer que tudo correu bem entre os nossos principais líderes dos movimentos, o mesmo com as pessoas de certas entidades que, por simples timidez ou teimosia, valorizaram mais as diferenças pessoais, por isso, todos sofreram as mais diversas pressões dos políticos governistas que se aproveitaram dessas divisões. Tenho feito muita meditação para ajudar o movimento indígena, senti a falta de companheiros que foram assassinados, a falta de líderes fortes que ficaram no silêncio, o desejo de ajudar os velhos e novos líderes para fortalecer as organizações e ter maior intercâmbio de luta com a sociedade organizada.

A meu modo de ver, as instituições colonialistas são fortes; são os quartéis, missões religiosas de várias seitas ou mesmo a presença de madeiros, latifundiários e garimpeiros nos territórios indígenas.

Infelizmente, vivemos num país onde dificilmente se cumprem as leis, isto é, vivemos mais tensos do que nunca. Encontramos mais dificuldades do que o apoio da FUNAI e dos governantes e passamos por momentos difíceis para dirigir o



Eu, ALVARO FERNANDES SAMPAIO - TUKANO, ex-coordenador da UNIAO DAS NAÇÕES INDIGENAS - UNI, MARIANO JUSTINO MARCO - TERENA, MARIO JURUNA - XAVANTE, AILTON ALVES LACERDA - KRENAK, BIRACY BRASIL - YAWANAWA e outros fomos criticados por certas pessoas das entidades de apoio. Fomos divididos, incompreendidos por querer uma maior liberdade de expressão ou não aceitar a manipulação ideológica.

A FUNAI, por sua vez, nunca nos apoiou por ser um órgão puramente TUTOR que, na prática, busca o eterno paternalismo que não dá autonomia para nossos povos. Os dirigentes principais desse órgão não gostam da palavra AUTODETERMINAÇÃO, no que se refere aos povos indígenas, por isso, os funcionários da FUNAI desempenham um papel meramente empregatício e que nada tem a ver com os nossos sofrimentos.

No começo de dezembro, na cidade do Rio de Janeiro, recebemos a visita do ORLANDINO MELGUEIRO DA SILVA - BARE, membro da COICA, Coordinación de las Organizaciones Indigenas de la Cuenca Amazónica, que tem sua sede em Quito, Equador. Tivemos um diálogo difícil, mas produtivo para rearticular e organizar melhor as organizações velhas e novas, buscar os velhos e novos líderes indígenas que não se entendiam pelos motivos citados.

Na ocasião, analisamos as nossas divergências e superamos as crises internas, a fim de traçar uma linha de ação junto às ONGs, aos movimentos estudantis e trabalhadores organizados; repassar as informações para os estrangeiros e outros grupos interessados na questão indígena e meio

ambiente. Mesmo sem recursos para tudo, procuramos cumprir as tarefas políticas até o mês de abril/93. A nossa comunicação ganhou a velocidade à proporção que os problemas dos povos indígenas aumentavam diante das invasões.

Até naquele momento não pudemos realizar mais coisas, porque não tínhamos apoio econômico de nenhuma entidade. Quem nos apoiou foi o Mario Fioravanti, missionário que sempre atuou a favor da UNI, e que por acaso - pelo destino ou LUZ DIVINA - nos encontramos durante a ECO'92. Este nos livrou da fome e de outros problemas da cidade grande, ou seja, foi sempre o melhor amigo particular, mas em janeiro foi embora para sua terra, Itália, porque o seu irmão estava muito doente, vindo inclusive a falecer a poucos dias de sua chegada.

Além disso, este missionário nos levou junto à FASE - Rio de Janeiro, onde conhecemos o Lourenzo Zanetti, homem que conhece a situação do povo brasileiro e dos povos indígenas, por isso, aprovou o pequeno projeto para que pudéssemos nos deslocar para Brasília/Manaus e outros lugares para encontrar com outros líderes das Organizações Indígenas.

Logo realizamos uma viagem até Manaus, quando nos encontramos com a nova geração de líderes da CDIAB, a fim de reavaliar o avanço de diálogo. Mas percebemos que era preciso ter um pouco de paciência, analisar os problemas pessoais que ainda predominavam dentro daquela equipe. Mas valeu o nosso esforço.

De passagem para Brasília-DF, procurei o Marcos Terena e avaliamos a situação do movimento indígena; a instabilidade da

FUNAI e a confusão de certas pessoas das entidades em relação aos nossos líderes. Também dialoguei com o ex-deputado Mário Juruna e outros Xavantes que sempre foram guerreiros: extendi a comunicação com os líderes do Parque Nacional do Xingu, com o diretor do Parque - Megaron, índio Txucarramãe e outros chefes tradicionais dessa mesma região. E com os líderes indígenas do Parque Nacional da Ilha do Bananal, líderes que atuam dentro da FUNAI. Procurei o meu amigo CARLOS ESTEVAO TAUKANE - BAKAIRI, jornalista e indigenista, articulador e reconstrutor da cultura de seu povo; e através deste me encontrei com DAVI TERENA, ADAO KAIQVA, dirigentes do IACIB - Instituto Americano de Culturas Indígenas do Brasil, que tem sua sede em Brasília.

De modo geral foi muito difícil conduzir o diálogo, porque havia muita desconfiança e crítica recíproca, ou seja, alguns me taxaram como defensor e outros diziam que não daria para unificar a luta dos índios. Alguns simplesmente fugiam só porque eu defendia a COIAB, mas pude transmitir a mensagem dos companheiros da Amazônia, corrigir as distorções e chamar-lhes a atenção e vice-versa. Enfim, valeu o trabalho, porque nunca ninguém se esforçou e procurou os líderes para uma reunião. Realmente foi difícil unificar ou estreitar a falta de diálogo que durou oito anos.

Em Manaus, também conversei com os coordenadores e encontrei a mesma dificuldade. E quem mais se preocupou foi o ORLANDINO, mas deu para entender e acompanhar o processo de avanço da luta. Embora sendo observado friamente por alguns índios e pessoas das entidades, participei de eventos

importantes em Manaus, Porto Velho, Ji-Paraná e Goiânia, sempre procurando buscar uma linguagem menos acadêmica e mais conciliadora.

Como não tínhamos dinheiro para viajar a outros lugares, por questões lógicas, tivemos que articular com homens e mulheres por telefone. No Rio de Janeiro recebemos muitos líderes indígenas em casa e não medimos o esforço. Transmitimos a mensagem dos companheiros.

No dia 14 de abril/93 a FASE aprovou os nossos projetos e depositou na conta da COIAB, em Manaus. Ficou muito difícil manter contato com os coordenadores dessa organização, porque sempre estavam viajando para o interior e fora do país, a fim de seguir a agenda dos movimentos indígenas. Pelas divergências anteriores, também percebemos a frieza pelo telefone e que ninguém resolvia fora da coordenação tão centralizada. Atrasaram ainda mais devido à Páscoa, pois o escritório da COIAB não funcionou. Parece mais igreja do que local para assuntos indígenas. Talvez seja pela grande influência dos missionários ou da sociedade envolvente que se aproveita para cuidar da família.

Entramos em contato por telefone, mais uma vez, com todas as lideranças indígenas e percebemos que, até aqui, valeu o nosso sacrifício pela causa. Terminamos uma agenda de 180 dias no Rio de Janeiro, isto é, em abril realizamos palestras nas escolas para conscientizar as crianças e defender um futuro mais humano. Saimos satisfeitos, porque todas as escolas entenderam e gostaram muito de nossas palestras.

A nossa presença no Rio de Janeiro não só valeu para contatos com as ONGs brasileiras, mas extendemos ao nível internacional e acertamos certos compromissos para registrar as violências contra os territórios e povos indígenas da Amazônia. Um dos contatos foi com amigos holandeses que vieram para o Brasil, a fim de registrar a luta, conhecer a nossa cultura e fazer uma publicação. Essa equipe se dirigiu para o Rio Negro sob a coordenação de Manoel Moura - Tukano. Infelizmente não pude encontrar os nossos companheiros de luta, porque peguei malária em Rondônia.

O Moura me telefonou de Manaus e comunicou-me sobre a viagem que faria durante 40 dias junto às organizações de base da Federação das Organizações Indígenas do Rio Negro - FOIRN. Após 60 dias me encontrei com este companheiro e fiquei sabendo de muita coisa. O mesmo elaborou um relatório de 30 páginas, contendo importantes informações das organizações de base da FOIRN.

Em Brasília, fiquei na casa da D. Verenhilde. Foi um encontro importante e fiquei muito emocionado quando a vi com seu esposo, Dr. Stephanes Baynes, inglês que sempre trabalhou com índios Waimiri-Atroari, e que por ser a favor destes, foi impedido de continuar suas atividades pela FUNAI.

No Congresso Nacional participamos de três seminários importantes. Primeiro foi sobre o Consumidor, Meio Ambiente e Minorias. Foi um diálogo promovido pelos parlamentares dessa comissão e chegaram muitos representantes das ONGs mais importantes nacionais e internacionais. Fizemos contatos com os parlamentares, Marcos Penaforte - presidente, Sidney de

Miguel, Fábio Feldman, Luciano Pizzato, que é o relator do Estatuto do Índio, e outros ilustres companheiros. Veio o Ministro do Meio Ambiente, Coutinho Jorge, líderes dos seringueiros, dos trabalhadores rurais, especialistas de assuntos ambientais.

Neste momento tivemos um confronto com os representantes da USAGAL - União dos Sindicatos dos Amadores de Garimpeiros da Amazônia Legal -, porque estes defendiam a explorações de ouro em nossos territórios e a ocupação de "espaço vazio" na Faixa de Fronteira. Foi o começo da confusão e ficamos dois dias no seminário.

No dia seguinte, dia 5 de maio, tivemos outro encontro também no Congresso Nacional, foi uma cerimônia de lançamento de um livro sobre biodiversidade e teve a participação de cientistas importantes e autoridades do ministério do Meio Ambiente.

Entre os dias 10 e 15 de maio, no Senado Federal, participamos da IV Assembléia do Parlamento Amazônico. Reuniram-se os deputados e senadores dos países da Amazônia para discutir sobre a legalização ambiental e desenvolvimento auto-sustentável. Também, o Parlamento teve vários desdobramentos para discutir sobre: Os Direitos Humanos e Povos Indígenas; Organização Internacional do Trabalho; Criação do Mercado Pam-Amazônico e a Universidade Pam-Amazônica, com sede em Manaus.

Para nós, índios brasileiros, foi uma decepção, uma vergonha quando confrontamos com o Senador Aloisio Bezerra (PMDB/AC), então presidente do Parlamento Amazônico, sua

esposa Deputada Federal Zilá Bezerra, a esposa do Governador de Roraima Brigadeiro Otomar Pinto Carneiro, Senadora Marluce Pinto, o senador Carlos Alberto de Carli (PRN/AM), deputado Federal José Dutra (PMDB/AM) que foram contra a demarcação das terras indígenas.

O único parlamentar que nos defendeu foi o Deputado Federal Sidney de Miguel (PV/RJ) que conseguiu obstruir os interesses dos deputados da Amazônia Brasileira, contrários à Legislação do Brasil, que defende os Direitos dos Povos Indígenas.

Infelizmente, o Governador Otomar Pinto trouxe uma caravana de 24 deputados estaduais e federais para pressionar o governo para não demarcar o território Yanomami, e dos Makuxi e Wapixana, na Serra do Sol (RR). Vieram fazendeiros, garimpeiros e vereadores e fizeram pressão durante a IV Assembléia, no Senado.

Os parlamentares de outros países não foram tão radicais ou contra os índios e o meio ambiente. Ainda vieram dois índios deputados federais: um Kichua do Equador e outro Cubeo da Colômbia, fronteira com o Brasil.

Eu e Cláudio Pereira - índio Mura, coordenador geral da COIAB na época -, Estevão Taukane - índio Bakairi - e dois Xavante apreciamos e ouvimos as palavras dos parlamentares brasileiros e saímos tontos de tanta angústia. Fizemos o trabalho junto aos parlamentares visitantes, porque queríamos uma votação justa no capítulo dos Direitos Indígenas. Enfim, saímos ganhando. Portanto, as duas senhoras parlamentares que mencionei acima, não têm conduta e nem ética para ocupar os

cargos, porque vivem mais para fazer calúnias contra os povos e organizações indígenas.

Nesse mesmo período, em Brasília, estiveram 12 coordenadores da COPAIB - Conselho de Articulação dos Povos e Organizações Indígenas do Brasil -, veio uma delegação de Roraima - Serra do Sol, uma do Acre e do Xingu. Realizamos reuniões e conseguimos acertar muitas ações para unir as nossas forças.

Também em Brasília fizemos um encontro com entidades, a fim de discutir sobre a Revisão Constitucional, Campanha pela Demarcação das Terras Indígenas e Ano Internacional dos Povos Indígenas. Essa reunião foi interessante, porque desde de 1985 certas pessoas de entidades não tinham conversa aberta. Aliás, ficaram divididas por questões banais, por serem difíceis de conjugar o diálogo construtivo.

Fora de todas essas reuniões formais, também fomos procurados pelos diversos índios que sempre apreciaram a divisão de índios e brancos. O jeito era ouvir a todos e responder as perguntas, dar-lhes as recomendações necessárias para manter a comunicação e dizer-lhes que não tem mais brigas e que tudo acabou. Realmente para todos foi um alívio muito grande ter dado para reunir os principais líderes. Estes, por sua vez, marcaram muitas reuniões para não perder o ritmo de trabalho. Estávamos animados, porque os coordenadores da COIAB estavam animados e outros líderes não escapavam dessa emoção. Para melhor encaminhamento dos trabalhos, nos reunimos na sede do SINDSEP-BSB, Sindicato de Servidores Públicos de Brasília. Foi uma reunião somente de

Índios e todos ficaram animados para a reunião do dia seguinte, na Unb (Universidade de Brasília), no Centro de Estudos da Amazônia. Infelizmente, todo Brasil viveu dias de greve. Todos os servidores estavam alvoroçados e não deu para reunir o nosso pessoal naquele local. Fomos para o auditório da Reitoria e nessa confusão, muitos índios se perderam e a reunião começou às 10 horas e terminou às 12 horas. Retornamos às atividades às 14 horas e terminamos às 16h30min. Infelizmente a reunião não deu um saldo positivo, porque o companheiro Marcos Terena trouxe alguns índios que não estavam ao par dos acontecimentos do movimento indígena organizado. Logicamente esses índios ficaram confusos e, ainda mais, o Marcos Terena nem tinha dado informações aos seus convidados. A turma do Comitê Intertribal deixou a sala da reunião, porque não estavam entrosados. Nessa confusão quem somou a luta foi Adão Ibiraputã - Kaiowá/MS -, que representou o Instituto Americano de Culturas Indígenas do Brasil - ICAB e Carlos Estevão Taukane - Bakairi/MT, que representou sua organização autônoma.

Por questão política nos reunimos, mais uma vez, na sede do SINDSEP, e declaramos uma campanha aberta pela Demarcação das Terras Indígenas. Na ocasião, esclarecemos os desentendimentos e formamos uma comissão assim composta:

COIAB = Orlandino Melgueiro da Silva - BARE  
Alvaro Fernandes Sampaio - TUKANO

CAPOIB = Orlando Melgueiro da Silva - BARE  
Cláudio Pereira Mura - MURA

ICAB = Davi Terena - TERENA  
Adão Ibiraputã - KAIWOA

COMITE = Marcos Terena - TERENA  
Megaron Txucarramãe - TXUCARRAMAE

As organizações presentes nessa reunião, mais uma vez, ficaram de trocar informações e coordenar as atividades regionais e não deixar sozinho o relator do Estatuto do Índio - Dep. Federal Luciano Pizzato (PFL/PR) que, segundo os índios, tem uma formação adequada para garantir o futuro dos povos indígenas. A mesma recomendação foi dada para o Dep. Federal Marco Penaforte (PSDB/CE) e agir bem com todos os deputados. Entre tantos acordos, também essa mesma preocupação tiveram as entidades de apoio. Precisamos de muita energia para pôr em ação todos os planos que foram tratados em tantas reuniões.

Olhando mais pela frente creio que nenhuma sugestão positiva ofenda os nossos líderes. A meu ver, certos líderes novos são vulneráveis e vaidosos, sem visão própria, devido à interferência de terceiros. Mas quem tiver vocação para esta luta deve pensar nos seguintes assuntos:

1 - Considerar que ainda estamos na nova etapa; para isso é necessário reforçar ações para conseguir o apoio internacional/nacional, em que os próprios índios busquem soluções concretas, através de suas organizações, para os problemas indígenas.

2 - Os dirigentes das organizações regionais/internacionais não podem seguir as táticas erradas do sistema, ou seja, os golpes da direita e esquerda só prejudicam o fortalecimento; a fofoca ou emissão de ofícios para derrubar seus companheiros para satisfazer interesses de terceiros demonstra a incapacidade de compreensão de nossa luta. O mais importante é fazer uma coordenação conjunta para

avancar no reconhecimento de nossos direitos.

3 - Todos dirigentes devem conhecer profundamente sobre a história da luta indígena; das posições do Governo e ONGs, participando dos processos nacionais/internacionais que incidem sobre os nossos territórios e buscar novas alternativas e propostas de política indígena.

Com alguns capítulos analisaremos sobre alguns pontos que foram tratados durante a Assembléia Extraordinária da Coordenação das Organizações Indígenas da Amazônia Brasileira - COIAB, realizada em Manaus, nos dias 20 a 23 de julho do corrente ano.

Neste relatório coloquei o perfil de minha atividade para reunir a voz e a luta indígena das organizações. Aqui vou mostrar outra experiência e a dificuldade. Sentiremos a saudade de nossos companheiros que foram assassinados e a situação triste dos órfãos que não têm a mínima atenção dos governantes e mesmo de nossos líderes de organizações importantes. Mas construiremos um futuro para todos.

A UNI - União das Nações Indígenas - existe no diálogo prático e na luta de nossos povos, na caminhada de nossas organizações e quando temos verdadeiros aliados. O importante é saber distinguir as pessoas que conhecem a nossa linguagem e realidade, os nossos sofrimentos e esforço para dirigir e solucionar os problemas de nossas comunidades.

Entre os dias 15 a 18 de julho/93 realizou-se a avaliação da Federação das Organizações Indígenas do Rio Negro - FOIRN, em São Gabriel da Cachoeira. Como falei

anteriormente, eu e Manoel Fernandes Moura criamos a FOIRN para conjugar a luta autêntica de nossos povos. Hoje são 16 organizações filiadas à FOIRN e cujo projeto tem expressão nacional e internacional.

Infelizmente não pude participar dessa avaliação, porque não consegui a passagem. Bati de porta em porta, mas somente o Carlos Alberto Ricardo - CEDI/SP - conseguiu uma parte da passagem do Rio de Janeiro à Manaus, só de ida. Agradeço muito, porque sem essa ajuda não encontraria tantos líderes que surgiram nos últimos tempos.

E quando foram os dias 20 a 25 de julho/93 realizou-se outro encontro importante da COIAB, em Manaus. Utilizei a passagem que consegui com Beto, mesmo sabendo que não teria passagem para voltar ao Rio de Janeiro.

Cheguei no dia 21 e fui muito bem recebido por Cláudio Pereira, índio MURA, do Município de Autazes. Como não sabia o local do encontro fiquei no escritório longe e cheguei em plena reunião e vi umas 50 lideranças indígenas.

Além de índios, vi assessores do Conselho Indigenista Missionário - CIMI, mas não vi os representantes de outras entidades. Era uma reunião "importante". Vou dizer o discurso dos expositores:

Era uma tarde de 21 de julho/93, na Escola Agrotécnica, em Manaus. O Sr. Adalberto, líder do Conselho Indígena de Roraima - CIR, explicou sobre o processo da Campanha pela Demarcação das Terras. Disse que o movimento da caixa da COIAB estava vazio, se tinha era muito pouco, somente para investimento interno. Disse que os coordenadores da COIAB

estiveram em Brasília para se encontrar com o CIMI e outras entidades para desenvolver a campanha; e que foram para Europa (Itália, Suíça, França, Inglaterra, Holanda, Bélgica, Alemanha...), a fim de ampliar a campanha durante 60 dias. Tal exposição agradou os líderes presentes, porque deu para entender que foi um trabalho importante pela causa e todos aplaudiram pelo esforço realizado.

Em seguida veio o Sr. Amarildo Machado, do Setor de Divulgação da COIAB, e disse que o objetivo é para deixar o trabalho transparente, denunciar os crimes cometidos pelos invasores e informar o movimento das organizações de base, coordenar as ações e interesses de entidades filiadas para que assim outros não possam usar o nome (da COIAB) indevidamente. Explanou sobre as dificuldades em que se encontram as comunidades de base; das reclamações dos presidentes e líderes das organizações e a falta de experiência de jornalismo para poder atingir o grande público. Contou que durante oito meses ficou sem assessoria para esse setor, mas diante do peso e da necessidade para superar a tal dificuldade é que contrataram um jornalista, mas que não deu certo por motivos políticos e que não atendeu às exigências da COIAB, por isso, chamaram o Sr. Manoel Perez, realmente um homem de conceito. Como relator individual desse trabalho, reitero que o Sr. Manoel Perez tem um extenso currículo de jornalismo, porque no tempo da ditadura este não poupou as barbaridades dos militares. Escreveu os artigos firmes e decisivos para exigir a mudança, a justiça e o fortalecimento das organizações populares. Hoje

passou na Assembleia Legislativa, em Manaus, e atua como Assessor de Imprensa da COIAB. Tudo bem, o Sr. Amarildo falou de suas visitas à Rondônia, Rio Negro, Brasília e Europa para divulgar a campanha. Falou de encontros importantes e defendeu que esse dinamismo não pode terminar. Revelou que o Setor de Comunicação recebeu dez mil dólares, mas todo esse dinheiro foi usado para outras emergências dos coordenadores. Assim, infelizmente, tais emergências não acabaram. É claro que os líderes ficaram calados e ninguém reagiu sobre o gasto desse dinheiro de divulgação. Continuou dizendo que a COIAB não tinha contato com as bases, que não tinha dinheiro para fazer o boletim informativo e que o computador não está em uso, devido a falta de operador. Falou de sua presença na COIAB que foi indicado pelo Sr. Brás de Oliveira França, presidente da FOIRN, que durante várias reuniões internas foi acumulando mais cargos e fazendo o trabalho inseguro para cumprir o objetivo. Adiantou também que durante reunião em Brasília, os líderes mais expressivos da COIAB explanaram como deveria ser a administração e que, por isso, houve uma reunião em Manaus. Contou como esteve a composição dos coordenadores e todo histórico das reuniões, dizendo que o coordenador Orlando BARE fala bonito, mas não cumpre na prática, que fala mais para imprensa e que não corresponde às exigências da equipe, que realiza viagens sem consultar as bases e os coordenadores, que discrimina outros coordenadores, chamando-os de burros e que não sabiam fazer relatórios, projetos e armar constantes crises internas e sempre fugindo das cobranças de prestações de contas e



relatórios, que Orlando não fala com as bases e que, por isso, a COIAB virou um centro de fofoca, que houve aumento de tensão e que os líderes do interior não eram bem recebidos, que o coordenador não mediu palavras e que ninguém se entendeu até naquele momento. Disse que em março/93 fizeram avaliação de trabalho de oito meses e que fizeram cobranças das entidades e de pessoas físicas para exigir a prestação de contas.

Diante disso, a UNI/Acre e o CIR se afastaram da COIAB, dizendo que Orlando sumiu com o dinheiro e que a COIAB foi uma razão para proveito pessoal, que as entidades ficaram desconfiadas e que a COIAB indiretamente prejudicou a imagem do índio.

Por isso, Amarildo e Adalberto tentaram contornar as brigas, mas que todos ficaram divididos e ninguém conseguiu se entender e o jeito foi tirar o Orlandino da coordenação.

O Sr. José Urias, índio MATINERE, adicionou mais informações dizendo que veio mais cobranças para Orlando. Em 30/01/92, uma entidade da Suíça deu em mãos do Orlando 8 mil dólares e mais 5 mil dólares que já recebera em 1989; e disse que o Orlando não queria saber disso e só fazia gritos contra seus companheiros. Assim encerrou uma parte da reunião e todos saíram tristes e bravos.

De minha parte, após o jantar, buscamos um lugar reservado para saber do avanço da FOIRN. Eu e Brás França - Presidente da FOIRN - fizemos os comentários gerais: invasão de garimpeiros, mortes, a incoerência da FUNAI/IBAMA em São Gabriel da Cachoeira. Delineamos sobre os projetos

encaminhados e o crescimento saudável daquela federação. Em poucos minutos e palavras pudemos caminhar juntos, procurar maior dinamismo no trabalho e na articulação junto às opiniões nacional e internacional. Para mim a nossa conversa foi importante, mas lamentavelmente conversamos sobre os trabalhos do dia e fomos descansar.

Em 23 de julho/93, sob a coordenação da FOIRN, abriu-se o prosseguimento do debate. Falou-se com cautela sobre a crise da COIAB, mas sempre defendendo o ponto positivo. O Brás França disse que era preciso equilibrar a exposição, falar com tranquilidade e explicar as dificuldades internas que prejudicaram as bases.

Então veio o Sr. Midas, UNI-Tefé, e disse que começou a participar da COIAB em agosto/92 e que, por isso, houve mudança na regional. Sem menor caso ele disse que houve uma briga pessoal do João Sateré X Orlandino, que foi encarregado de fazer contato com a EMATUR e que teve muita dificuldade para concretizar o projeto, devido às brigas. Todos os coordenadores não tiveram o bom temperamento e que passaram 45 dias fazendo somente reuniões que nunca deram resultados concretos. Naturalmente, muitas viagens foram canceladas e a UNI-Tefé e outras organizações regionais ficaram sem nenhuma comunicação. Todas as reuniões foram coordenadas só por Orlando Melgueiro que nunca deu abertura democrática e que o temperamento do quadro da COIAB foi de baixo nível. E continuou, dizendo que ocupou os cargos para cuidar da Saúde/Turismo/Cultura, mas que foi em vão e reconheceu que esteve indevidamente na COIAB. Midas disse então que a COIAB

nasceu de cima para baixo, que só alguns vaidosos expõe-na pelo mundo, mas na prática só merece crítica e punição de pessoas para melhorar a entidade, que por isso não estava ali para tapar os buracos, mas sim pensar nas bases e poder visitá-las e levar novas mensagens. Garantiu que não poderia apanhar por causa de uma só pessoa que não soube respeitar o pensamento das bases.

**André Cruz Kameba:** Por favor, explique direito sobre o funcionamento da COIAB.

Midas ficou confuso e não conhecia a história da COIAB e muito menos de outros movimentos. O Amarildo tomou a palavra e disse que a COIAB merece o respeito e não pode ser tratada dessa maneira, porque as 18 organizações fundaram a tal entidade...

**Antônio Apurinã - UNI/Acre:** Sim, houve a formação da COIAB, mas alguém atropelou o andamento. A COIAB melhorou, cresceu e devemos seguir para frente.

**Pedro Mendes Tikuna:** Não sei não, mas em 1986 eu e outros líderes da UNI - União das Nações Indígenas -, formamos uma comissão provisória para coordenar o movimento regional. Trabalhamos muito como dirigentes sérios, e, em 19/04/89, nos reunimos no Maromba para discutir e criamos a COIAB, com participação de 18 organizações. Eu criei a COIAB desde 1986. Eu fui um dos coordenadores da UNI, criei a COIAB com garra. Portanto a COIAB não nasceu de cima para baixo e não aceito essa provocação...

**Amarildo:** Quero completar alguma coisa. A corrupção da COIAB nos causou sérias críticas...Logo disse que o Movimento

Internacional de Cooperativismo, com sede em Genebra-Suíça, em agosto de 1992 entregou ao Orlando um cheque de 8 mil dólares. Disse mais, que além disso, Orlando solicitou o apoio de 600 dólares para custear o curso de motorista. Nessa também o Moura não escapa, pois em 1989 recebeu da entidade francesa uma doação de 300 dólares e em 1990 o Orlandino recebeu 3.459 dólares dessa mesma entidade; que um padre de Genebra deu 1.050 dólares para Orlandino e outro padre de lá doou 1.200 dólares para o mesmo...E foi por causa disso que houve descontrolado na COIAB e fomos obrigados a chamar o coordenador para manter a moral nas esferas nacional e internacional. É óbvio que não deu para trabalhar melhor... Ainda disse, temos outros documentos que intensificam a corrupção dos mesmos, por exemplo, o projeto que visa trabalhar em cima do Ano Internacional dos Povos Indígenas somente para angariar fundos pessoais para Orlandino Melgueiro da Silva e Carlos Rosas Matequim, e usando indevidamente o nome da COIAB. O INECIN apresenta o projeto de 57 páginas sem nossa autorização e não podemos acabar com essas corrupções...

**Pedro Mendes Tikuna:** A COIAB/COICA tem um compromisso internacional e não podemos nos misturar com pessoas que não tem o conhecimento e participação de luta indígena.

**João Sateré-Mawé:** Temos os dados concretos e eu fui o autor da CPI, por isso, os companheiros ficaram com medo e ficaram de ir embora ... A COICA/MAB/GTA nunca repassaram o recurso para COIAB. Foi isso que aconteceu. Logo nos reunimos e chamamos o Sr. André Cruz Kameba, membro do Conselho Fiscal.

**André Cruz:** Em fevereiro/93 procuramos trabalhar com coordenador geral e do jeito que foi impossível, particularmente chamei atenção. Daí ele sempre fugiu das reuniões, mas insisti a conversar particularmente e ouvi palavras de baixo nível e não deu para se entender. Portanto foi elaborado o relatório e que não foi aceito pelo coordenador e tivemos que seguir as normas do Estatuto, convocar Assembleia Geral. O que ocorreu foi uma coisa difícil e essa avaliação é de abril/93. Colocamos o Cláudio Pereira, índio Mura, para ajeitar a casa e logo convocamos essa Assembleia Geral. Vejo também que essa coordenação não está sabendo usar o dinheiro e se usa é fora dos projetos e compromissos pela campanha. O Cláudio Mura não nos comunicou para usar o dinheiro e creio que essa avaliação deve fazer melhorar, mas devemos colocar essa casa em ordem, que os coordenadores devem ficar em seus devidos lugares, pois estamos avaliando e não fazendo assembleia eletiva.

**Amarildo:** Entre os dias 25 a 28 de agosto/92, em Manaus, fizemos a última avaliação da COIAB e logo substituímos o coordenador geral baseados no contexto apresentado.

O Amarildo disse também que a COIAB teve contato com as organizações de base; que durante 3 anos tiveram um racha com CIMI Regional/Nacional; disse que os coordenadores nunca passaram informações para bases e que sempre viajaram sem dizer para ninguém os objetivos; que a CAIXA nunca forneceu o movimento e o qual falta uma auditoria.

**Adalberto Macuxi - CIR:** Em 12 de junho/93 foram aprovados 22 mil dólares para campanha, tal dinheiro era para oito meses

de atividades e esse dinheiro já sumiu, não existe mais.

**André Cruz Kameba:** Como estão se mantendo?

Nisso Amarildo ficou confuso, mas disse que assessores ganham de 2 a 3 salários, 4 salários os executivos, 5 salários o Assessor de Imprensa, Manoel Perez, e 600 dólares para Silvio, assessor...

Nesse momento muitos murmuraram, mas após o intervalo levantei os dados sobre essa confusão e constatei que o projeto não era bem assim. Um dos participantes me deu algumas folhas, contendo o projeto que tanto causava briga.

Mas fui advertido para não mencioná-lo, por isso, não faço. Também esse me disse que é uma verdadeira confusão de índios e brancos.

**ORÇAMENTO:**

Fonte: Projeto de Manutenção COIAB - 1993/1995 - pgs.23 a 26

**1 - Equipe de Trabalho**

	salários mínimos	valor /Cr\$	valor US\$ x 13
Coordenador Geral	6	3 180.000	530 6 890
Coord. Administrativo	6	3 180.000	530 6 890
Coord. Regional	6	3 180.000	530 6 890
Coord. Educação/Saúde	6	3 180.000	530 6 890
Coord. Divulgação	6	3 180.000	530 6 890
Articulador Político	6	3 180.000	530 6 890
Jornalista	5	2 650.000	441 5 733
Coord. Rodizio	4	2 120.000	353 4 589
Responsável Educação	4	2 120.000	353 4 589
Responsável Saúde	4	2 120.000	353 4 589
Responsável Cultural	4	2 120.000	353 4 589
Tesoureiro	3	1 590.000	265 3 445
Secr. Administração	3	1 590.000	265 3 445
Secr. Divulgação	3	1 590.000	265 3 445
Secr. Articulação	3	1 590.000	265 3 445
Aux. Serviços Gerais	2,5	1 325.000	220 2 860
Telefonista	2,5	1 325.000	220 2 860
<b>Sub-Total = US\$ 89 518</b>			

**2 - Despesas fixas na sede**

Aluguel de Escritório	600.000	100 1 200
Aluguel da Casa de Apoio	600.000	100 1 200
Água	130.000	22 264
Luz	100.000	17 204
<b>Sub-Total = US\$ 2 868</b>		

**3 - Infra-estrutura**

Telefone, fax	2 500.000	416 4 992
Correio Nacional/Intern.	350.000	58 696
Envios Especiais	150.000	25 300
Manutenção Xerox	300.000	50 600
<b>Sub-Total = US\$ 6 588</b>		

**4 - Material de Escritório**

Papel para Xerox	310.000	51 612
Material de Expediente	200.000	33 399
Água Mineral	700.000	116 1 399
Filmes/fitas/revelação/video	500.000	83 999
<b>Sub-Total = US\$ 3 409</b>		

**5 - Transporte Urbano**

Vales de Ônibus	200.000	33 399
Despesas de Taxi	300.000	50 600
<b>Sub-Total = US\$ 999</b>		

**6 - Encontros de Avaliações (2 vezes ao ano)**
**6.1 - Viagens dos Coordenadores (ida e volta)**

02 Tabatinga/Manaus	4 486.000
02 Porto Velho/Manaus	3 418.000
02 Macapá/Manaus	9 135.800
02 Autazes/Manaus	240.000
02 Tefé/Manaus	2 880.000
04 Boa Vista/Manaus	6 594.800
<b>Sub-Total = US\$ 4 459</b>	

**6.2 - Viagens do Conselho Fiscal (ida e volta)**

02 Tefé/Manaus	2 880.000
02 Autazes/Manaus	240.000
04 Parintins/Manaus	1 800.000
02 Rio Branco/Manaus	4 797.600
<b>Sub-Total = US\$ 1 620</b>	

**6.3 - Outros**

Convidados das Organizações	16 220.400
Alimentação	4 000.000
Estadia, Local de Encontro	5 000.000
Transporte Urbano	1 000.000
<b>Sub-Total = US\$ 4 370</b>	

7 - Trabalhos de Articulação

7.1 - Articulação Regional (ida e volta X 2 pessoas)

02 Laranjal	720.000
06 São Gabriel da Cachoeira	22 894.256
02 Autazes	480.000
02 Manicoré	4 000.000
02 Humaitá	4 800.000
04 Tabatinga	17 944.000
02 Altamira	7 918.000
02 Itaituba	16 248.800
01 Macapá	5 640.800
04 Boa Vista	13 189.600
02 Tefé	5 760.000
02 Rio Branco	9 595.200
02 Porto Velho	10 255.800
02 Presidente Figueiredo	280.000
02 Santarém	6 252.800
02 Imperatriz	6 314.400
02 Santa Izabel	4 000.000

Sub-Total = US\$ 24 566

7.2 - Atendimento de Casos Emergenciais  
(ida e volta X 2 pessoas)

01 Tabatinga	4 486.000
01 Rio Branco	4 617.600
01 Boa Vista	3 297.700
01 Macapá	5 640.800
01 Porto Velho	3 418.600
01 Tefé	2 880.000
02 São Gabriel da Cachoeira	11 447.128
01 Belém	6 252.800

Sub-Total = US\$ 7 006

7.3 - Articulação Nacional (ida e volta X 2 pessoas)

02 Salvador	16 439.200
02 João Pessoa	16 368.000
02 Porto Alegre	19 172.000
02 Tucuruí	16 248.800
02 Altamira	7 918.400
02 Trambetas	5 300.000
06 Brasília	38 440.800
01 Cuiabá	6 213.200
01 Goiânia	7 554.400

Sub-Total = US\$ 22 292

7.4 - Articulação Internacional (ida e volta X 2 pessoas)

01 Assunção	1 007
01 Bogotá	685
01 Caracas	947
01 La Paz	889
01 Lima	889
01 Quito	981
01 São José Costa Rica	1 195
01 Santiago	1 659
01 Genebra/Suíça	3 289

Sub-Total = US\$ 11 611

8 - Recapitulação

1 - Equipe de Trabalho	89 518
2 - Despesas Fixas na sede	2 868
3 - Infraestrutura	6 588
4 - Material de Escritório	3 409
5 - Transporte Urbano	999
6 - Encontros de Avaliação	
6.1 Viagens dos Coordenadores	4 459
6.2 Viagens do Conselho Fiscal	1 620
6.3 - Outros	4 370
7 - Trabalhos de Articulação	
7.1 Articulação Regional	24 566
7.2 Atendimento de Casos Emergenciais	7 006
7.3 Articulação Nacional	22 292
7.4 Articulação Internacional	11 611

Total em US\$ para 1993/94 = 179 306

Total em US\$ para 1994/95 = 179 306

Total parcial = 358 612

5% de imprevistos = 17 930

TOTAL GERAL DO PROJETO US\$ = 379 542

Obs.: A taxa do câmbio é de Cr\$ 6.000,00 para cada dólar.

Coordenador Geral e demais foram pressionados, foi um momento tenso e a coordenação não conseguiu conter a emoção dos expositores, a não ser o companheiro que calculava o tempo de intervenção.

**Cláudio Mura:** Eu vim de minha base e não pensei que ia ser eleito Coordenador Geral. Estou aqui para receber a crítica, pois recebi a COIAB sem dinheiro, sem infraestrutura e sem compreensão. Eu me empenhei durante todo esse período e fui prejudicado por não conseguir visitar as bases entre 1992 até aqui (julho/93). Em compensação hoje temos casa para onde realizamos nossas reuniões. Não sou santo e em 22/04/92 assumi a interinação. Logo, não quero que acusem de maneira errada, mas que expliquem correto sobre assuntos. Sim, os US\$ 3.600 gastei nas passagens de vocês e sou representante de vocês, por isso, procurei o Gilberto Mestrinho para pedir ajuda. Consegui 75 sacos de peixes e 750 quilos de rancho, isto é, num valor de Cr\$ 150 milhões. Todo esse rancho está aí na cozinha e quem duvidou pode fiscalizar ... Também chegou dinheiro sim, mas para a campanha e que foi utilizado para manutenção de infraestrutura e pessoal, e tudo a título de "empréstimo". Eu emprestei o dinheiro para João Sateré-Mawé... e eu fiz e não cubro a sujeira de ninguém e não aceito bajulação de ninguém. Não estou defendendo o assento da coordenação, tenho e sou muito diferente. pois todos os coordenadores anteriores e coordenadores de rodízio que gastaram tanto não me prestaram nenhuma conta. Sim, companheiros, faço diferente, pois os coordenadores da

campanha, Amarildo e Adalberto e outros, levaram a sua ajuda de custo. Nisso eu também fui à Brasília visitar os parlamentares no Congresso e enfrentamos os da Amazônia. Por todas essas irregularidades vou procurar "assessoria" e vou cobrá-la para solucionar. Enfrentamos os problemas sim, mas não guardamos as mágoas e não há inimizade. É claro que não podemos continuar com erros, mas vamos melhorar. Também quero dizer aos vereadores que devem melhorar e dar muito apoio à COIAB...

Bem, tivemos até aqui o pequeno intervalo e só não estavam presentes os irmãos Melgueiros que foram acusados de tudo. Logo, todos voltaram ao plenário e continuou a exposição dos coordenadores regionais.

**Antenor Karitiana-RO:** Fui eleito em abril/92, fizemos um trabalho para Rondônia, sul do Amazonas e norte do Mato Grosso. Andei por todos esses lugares e defendi o nome da COIAB, mas não tive nenhum apoio econômico. Fiz a campanha com esforço próprio ou com ajuda das comunidades. Passei um mês nos Mundurucu e com muito sacrifício cheguei à Manaus, a fim de dialogar com o coordenador, pedir o apoio financeiro, fazer convite para visitar Rondônia, mas não fui atendido em tudo. Logo, como coordenador de rodízio, desgostoso por não ser atendido e por passar extremas necessidades, eu me afastei. Sim, eu não fui atendido e até levei a atenção de uma simples secretária. Vejo que os coordenadores só olham no dinheiro e deixam a gente de lado e só pensam no salário. Eu não prestei a conta, porque não recebi nenhum apoio, aliás, até tenho dívidas por causa dessa gente da COIAB/Manaus. Mas

eu espero que os nossos filhos tenham melhores momentos e a COIAB precisa de autoridade para dirigir. Confiamos pela presença das autoridades das bases e espero o conselho e a decisão dos irmãos.

**Cecílio Mura - Vereador:** Ajudei o Sr. André, mas passei na COIAB como visitante. Como vereador sou cobrado pelo meu povo, mas às vezes não sou compreendido por não satisfazê-lo. Certo dia encontrei o pessoal da COIAB bravos por causa de salário para 18 pessoas... Fica difícil de compreender se comparando com Município/Estado. Conheço a Caso do Índio de Manaus e CIMI que nunca interessam discutir sobre essas dificuldades. Greio que a COIAB crescerá somente quando tiver o apoio concreto da FUNAI/CIMI e outros, mas mesmo com as dificuldades cresceu muito. No meu caso fui eleito para apoiar o meu povo. Dou apenas a sugestão: nessa administração da COIAB, se preciso for, que troquem os coordenadores. Visito Manaus de três em três meses para fiscalizar a COIAB. Peço aos coordenadores para atender bem as lideranças das bases, peço respeito às lideranças.

**Roberto Galibi - Vereador/AP:** Faço avaliação estadual. Sim, no Amapá estamos bem e caminhamos pela frente. Sou coordenador de rodízio, mas faço o trabalho prático, ou seja, coordeno os trabalhos na minha região que é mais importante. Defendo a COIAB de qualquer maneira e digo que articulamos nossas organizações, e faço a comparação das dificuldades dos governantes/Índios para solucionar problemas das bases. Não faço trabalho isolado. Erro, não defendo, por isso podemos passar a direção para outros honestos e experientes na luta.

A COIAB Nacional/Internacional deve ser colocada em ordem, a limpo para ajudar concretamente as bases.

**Clóvis Marubo:** Como coordenador de rodízio realizei via COIAB vários encontros, segui os planos e não medi o esforço. Outros desistiram. Só Tefé e Alto Solimões que cumpriram os compromissos. Estive no Pará e conheci muitos problemas, os nossos líderes das bases não precisam cartinhas de apoio, mas de dinheiro, isso sim. Aqui a COIAB ficou devendo Cr\$ 22 milhões de telefone. Temos problemas sim, mas em conjunto poderemos resolvê-los, cobrar de líder para líder.

**Matias Sateré-Mawé - Rio Andirá:** Analisei a avaliação de ontem e de hoje. Temos que ver a diferença de críticas: construtiva/destrutiva. Temos que olhar em primeiro lugar para os pontos positivos: habitação, projetos encaminhados, avanço da COIAB. Façamos críticas construtivas. Eu vejo como negativo: a contratação de muitos funcionários sem consultar as bases; não há coordenação e respeito entre essa gente de Manaus, não houve respeito nem cumprimento do Estatuto e não houve a participação das bases nas decisões. Portanto vamos criar a coragem e endireitar a nossa organização.

**Pedro Mendes Tikuna:** O Karitiana disse que a COIAB é banco de emprego. Não é assim, os coordenadores de rodízio recebem ajuda de custo. Temos cinco executivos, vamos explicar direito sobre isso, pois realmente temos os problemas financeiros.

**Mecias Sateré-Mawé - Vereador:** Estamos num encontro importante para esclarecer os assuntos para os líderes. Como Conselho Fiscal eu não tive apoio dos parentes. Estes nos



criticam. Mas o importante é que sou o líder do meu povo e não sou líder de outros. Pelo que vejo não houve o cumprimento do Estatuto. Temos que decidir e levar coisas boas para nossas bases.

**Orlando Katukina - AC:** É um trabalho das organizações da Amazônia. Sou da COIAB e venho uma vez por ano para analisar, corrigir, apoiar as nossas organizações, defender o futuro melhor.

**Lúcio Sateré-Mawé:** Em nome da Coordenação dos Professores digo que não recebemos o convite. Sou do Conselho Fiscal desde 1992. Quando a COIAB funcionava na Joaquim Nabuco o José Urias xingou e desrespeitou as lideranças Sateré-Mawé e suvinou o escritório e não me deixou ligar para Parintins, pelo menos para que eu falasse com meu pai que estava passando mal, dpente, sem dinheiro. E ainda pediu o pagamento de 200 mil cruzeiros. Por tudo isso registro o meu repúdio a esta coordenação e que também não houve a justificativa de gastos de 8 mil dólares. Faço outro repúdio e deveríamos ver a presença de todos fiscais.

Nesse momento os irmãos Melgueiro estavam no plenário, o Brás convidou-os para se apresentar e compor a mesa. Naturalmente foi a reunião mais confusa e não deu para conter as emoções. Todas as interferências foram emotivas e ninguém conseguiu justificar ou equilibrar a desconfiança. Como já era a hora do almoço, suspendeu-se a reunião, mas o Orlando pediu uma reunião com a mesa da coordenação do dia Brás França. Todos saíram. Depois de muita insistência compareceu o João Sateré-Mawé, pois a confusão não parecia ser

ideológica, mas havia interferência de terceiros que atingiu toda COIAB. Como conheço um pouco de nossa luta, sob direção da mesa, forcei para explicar ao Orlando/Oriandino o que fora tratado. Fiz isso, porque quem faria isso eram assessores que não tinham a ver com a questão interna dos índios. Como sempre deu para a gente se entender e fazer a estratégia para expor no período da tarde. Particularmente eu estranhei a presença desses assessores, aliás é chato não merecer um pouco de respeito das pessoas que se aproveitam da questão indígena. Estes, só dividem a força dos índios, conheço essa gente desde 1980 e sei que ainda não mudaram de posição.

No período da tarde, no plenário, o Orlando Melgueiro esclareceu sobre a ocorrência interna da COIAB. Disse que periodicamente todos os setores da COIAB se reuniam e que ele teve que coordenar pessoalmente para saber do andamento dos trabalhos. E disse, bem ou mal, avançamos e até fizemos uma avaliação em fevereiro/93. Sobre a doação do Movimento de Cooperativa Internacional disse o seguinte: que os 4 mil dólares entregou para José Urias e outros 4 mil dólares ficaram para cobrir as despesas feitas a título de empréstimos pelo coordenador anterior - Manoel Fernandes Moura - para AMITRUT, que tem sede em Taracua. Quanto à ajuda que pedi, pedi sim, mas não recebi nenhuma resposta até agora. Quanto à CPI do João Sateré-Mawé, ainda vou precisar do relatório. Realmente tivemos muitas reuniões para tentar consertar, infelizmente, eu fui taxado de autoritário. Tentei acertar, mas não me foi possível. E sobre a casa da COIAB, tivemos o apoio do Deputado Estadual Eron Bezerra (PC do B)

que elaborou projeto sob esta coordenação e que por questão política todos os deputados votaram a favor do índio. Não foi o Gilberto Mestrinho que deu o dinheiro para comprar a casa. Nessa o senhor Cláudio Mura ficou responsável para articular junto às ONGs, a fim de buscar financiamento para ampliar e dar retoque na mesma. Enfim todos os setores fizeram esforço para funcionar, mas não deu certo. Também formamos a CAPOIB, mas não deu certo, porque todos tínhamos cargos nas organizações de base. E foi nessa é que me desgastei para cobrir as tarefas de meus companheiros. Aqui muitos me texaram de autoritário, mas fui para salvar a COIAB, porém foi impossível e não fui compreendido por estes companheiros.

Pensávamos que as organizações de base tivessem sua autonomia econômica, mas não foi e não tivemos apoio e encontramos mais problemas. Sim, dentro do limite ajudei a COIAB politicamente. Não faço a tutela sistemática aos coordenadores, porque quaisquer um dos senhores passariam por todos esses caminhos espinhosos. O companheiro Cláudio Mura assegurou, como plantonista da casa, acompanhar o movimento da Assembléia e junto ao Governo Estadual conseguir a casa.

**Brás França:** Onde está outros 4 mil dólares?

**Orlando:** Fica por conta da coordenação anterior. Aproveitando a oportunidade, queria perguntar ao João Sateré-Mawé como está o projeto de criação de gado? Bem, coisas dessa natureza não dá para explicar. É lamentável não saber ver ou analisar a nossa luta. Queria ver como seria a posição do Orlandino que também foi vítima.

**Orlandino:** Na época, a comissão era formada por Moura e

Orlando. Na ocasião houve em Bogotá o Encontro Continental e havia pouco movimento na caixa, recebíamos poucas e pequenas doações para muita coisa. Em julho/92, em Manaus, tivemos a pequena avaliação e nessa fui indicado para ir à Marabá, pela COIAB, e lá fui indicado para compor a direção do GTA. Enfim, eu tinha respaldo da COIAB. Agora não sei quanto é o custo do sustento da GTA, porque PNUD não mais apoia. O GTA não tem projeto. E de minha parte não tenho super-poderes. Dentro da COICA, que visa a integração da Amazônia, em Manaus fui indicado pela COIAB (Amarildo) para fazer parte da direção. Talvez se eu soubesse que teria essas críticas dos mesmos que me apoiaram não teria aceito o cargo. Estou em Brasília discutindo com os parlamentares e governantes, por isso, por defender a COIAB/COICA, fomos advertidos pelo Itamaraty sobre a pressão nacional e internacional para demarcar as terras. O governo nos vê com frieza; existe articulação, mas não temos certeza se vamos conseguir a demarcação das terras, fazendo campanha nacional/internacional. Em Brasília também nos juntamos com FUNAI/Fundação Mata Virgem e outras organizações indígenas para coordenar os trabalhos preparativos da comemoração dos Povos Indígenas. Repito que não existe o super-poder para representar a COIAB, mas defendo a posição geral. E isso.

**Brás França:** Alguma inscrição?

**Orlando:** Retomo um pouco sobre o Estatuto da COIAB que defende o meu afastamento. Leio para dizer porque fui afastado, por isso, não provooco a polêmica. Mas seguramos problemas maiores que aqui não foram reconhecidos e buscamos

alternativas para ver caminhos juntos.

**Brás:** Orlandino, como você permanece em Brasília? Fazendo o quê?

**Orlandino:** Pela questão internacional assumido, sim estou em Brasília. Mas, em Quito-Ecuador, a COICA funcionará a partir de setembro/93. Tenho participado das reuniões oficiais do GTA/COICA para pressionar o BANCO MUNDIAL, defender a aprovação dos projetos, defender a demarcação das terras junto à FUNAI, movimentos do Congresso. O Banco Mundial, em sintonia conosco, faz pressão sobre o governo brasileiro para demarcar as terras indígenas. O GTA foi criado para canalizar ou fiscalizar as ações oficiais, seria o plano piloto para ações das bases. Hoje o GTA está sem dinheiro e nossos companheiros percebem o boicote do governo.

**Clóvis Marubo:** Foi importante até aqui, agora queremos ver como fazer com a COIAB. Falamos muito, mas vamos ser mais objetivos. Quanto a COIAB deve?

**Fausto - APIR/RR:** Ontem tratamos disso, mas se tivéssemos informações não estaríamos nessa confusão. Mas o erro está aí! Vamos melhorar, reafirmar ou eleger novos coordenadores. Também, verificar quais são as novas organizações presentes, vamos respeitar e pedir desculpa à gente nova. Vamos esforçar, avaliar para mudar e melhorar. Também vamos ver o número de funcionários centralizados somente em Manaus, o funcionamento do Departamento de Saúde e outros; se há participação de representantes de outros estados, pois só temos do Amazonas. Temos a casa, equipamentos e devemos chamar pessoas técnicas, capacitadas para manusear o

computador, vamos melhorar a máquina administrativa.

**João Sateré:** Sugiro para afastar a setor de administração, igual o coordenador geral. Para Orlando, peço explicação sobre a criação de gado.

**Cláudio Mura:** O Padre Mendes pergunta: Onde vou ficar? Sim, demonstraremos o balanço dos custos, vamos sair com um só pensamento.

**Amarildo:** Começamos desde ontem e falamos em geral dos impasses ocorridos na atual coordenação. Cabe ao plenário dizer como vamos caminhar daqui para frente. A COIAB trabalha em conjunto, por isso estamos aqui. Queremos a posição dos líderes.

**Mecias Sateré:** Precisamos do plenário.

**Euclides Makuxi:** Vamos superar as dificuldades, observar no campo político nacional/internacional como fazer a representação em outros campos. Aqui a desconfiança gerou em função administrativa. Mas, por outro lado, devemos saber conduzir a realidade de nossos povos. A imprensa cria líderes e derruba, e no momento não sabemos como fazer ou se decidimos ou não.

**Antônio - UNI/AC:** Discordo com os erros da COIAB e, por isso, o plenário deve mudar a filosofia e cobrar da atitude administrativa. Se não melhorar, a UNI/AC vai se afastar da COIAB.

**Brás - FOIRN:** Em nome de 16 organizações e 30 mil índios, também a FOIRN vai se afastar se a COIAB não melhorar.

**Clóvis Marubo:** A questão interna deveria ser tratada pela coordenação, porque ouvimos que as organizações mais

representativas já ameaçam se desligar da COIAB.

Brás: Vamos logo acabar então com esses erros.

Claúdio Mura: Precisamos saber das bases como deve ser a COIAB e trabalhar melhor. Usamos sempre essa linha para pedir apoio e fortalecer.

Darcy Marubo: Cada um deve dizer como deve ser a COIAB.

Enfim, no final do dia não houve acordo de índio para índio. Testemunhei o Miguel, do CIMI/Tefé, escolhendo líderes para seguir para Brasília/Goiânia, a fim de avaliar os 21 anos de indigenismo.

A Dra. Judith, CIMI-Nacional, disse que pelo Estatuto é de Assembléia Extraordinária. Dr. Silvio, Assessor da COIAB, disse que a entidade (COIAB) é o fruto do processo histórico de 20 anos de luta, que 1986 até naquele momento se verificou apenas a tentativa, contraste com o sistema ocidental. Paulo Maldus, CIMI-Nacioani, disse que a COIAB sofreu deslize global, merece atenção, pois se tenta construir desde 1986... Enfim, ninguém disse nada e houve manipulação política/patriarcal e doutrinária, e assim terminou o dia.

De modo particular fiquei chateado com a presença de terceiros. Enfim, não era uma avaliação da COIAB, mas uma paixão desesperada para derrubar entre os próprios coordenadores. Vimos a divisão dos grupos e que tal avaliação não aconteceu.

#### CONCLUSÃO

Ninguém de Roraima, Rio Negro, Tefé, Tabatinga, Vale do Javari, Acre, Rondônia, Pará, Amapá contou das dificuldades,

dos avanços e estratégias para derrubar as ações dos empresários no Congresso Nacional.

Se não apresentamos os programas das bases, como a COIAB pode ter razão de existir? Se dois grupos falam tanto de bases, por que não respeitar as autoridades indígenas? Se temos assessores durante 2 anos, por que aconteceu essas divisões? Será mais outros golpes em cima de líderes que têm luz do pensamento autenticamente indígena? Assessores ou tutores paralelos à FUNAI que só apenas se sustentam como instituições filosóficas? Até quando deixar assessores em plena Ano Internacional dos Povos Indígenas? Onde está a nossa autodeterminação?

Por outro lado observei a clareza dos índios, como por exemplo, Euclides, Fausto e Antônio Apurinã que têm a plena consciência para dirigir e assessorar seus povos. Com isso não discrimino os demais. Mas lamentavelmente a COIAB sofre a tempestade. Espero que o tempo melhore por mais rápido, porque defendemos maior clareza e habilidade para contornar o papel político das organizações indígenas, por isso, quem não tiver capacidade ou quem não estiver apto para estar na direção, e quem valorizar mais as brigas pessoais para atrapalhar os demais companheiros e quem não conseguir buscar alianças com líderes importantes ou de organizações, obviamente não poderia ficar na direção.

E bom a gente refletir sobre os impasses que enfrentamos, tal como a diminuição dos territórios indígenas, o abuso de poder de certos governadores estaduais, deputados e senadores que usam a tribuna do Congresso para denegrir a

nossa luta e dificultar a demarcação das terras.

Portanto, diante dos problemas que os parlamentares anti-indígenas impõem as nossas comunidades, sem dúvida, as brigas internas de certos líderes da COIAB para derrubar uns outros não tem nenhum sentido. Pelo menos, de minha parte, sempre observei que os dirigentes novos da COIAB deveriam analisar o quadro nacional que sai do Congresso. Indo mais longe, nós que fazemos parte da Amazônia deveríamos fazer o exame de consciência e buscar uma estratégia comum para chegar às Câmaras Municipais, Prefeituras, Assembleias Legislativas, Câmara de Deputados e Senado Federal.

O problema não começa pelas empresas de mineração, mas por nós mesmos que não sabemos votar e nem ser unidos para chegar nesses lugares. Durante muitas épocas de eleições somos enganados pelos candidatos que não têm o mínimo de compromisso com a nossa luta, e, em consequência disso, sempre estamos cada vez mais atrasados e procuramos parlamentares que nem sequer sabem de nossos problemas.

Pelo menos poderíamos dar muitos exemplos como os Tikuna, Baré, Baniwa, Sateré-Mawé, Apurinã, Mundurucu e outras tribos maiores da Amazônia, que procuram os parlamentares quando enfrentam problemas graves. Podemos até apontar os dedos para as pessoas solidárias às questões, mas a tal solidariedade ou apoio moral não resolve nunca a nossa realidade. São pouquíssimos parlamentares da Amazônia que nos defendem, por isso, devemos discutir muito essas questões. Devemos procurar os partidos que defendem integralmente os preceitos constitucionais para os nossos povos; organizar os

nossos líderes para dar respostas contundentes a esses parlamentares da Amazônia que criam obstáculos para todos, pois estes são os que defendem os garimpeiros, os madeiros, os fazendeiros, as empresas multinacionais e estatais.

Em toda a Amazônia os territórios indígenas são vulneráveis a qualquer problema. Na época da eleição quem ganha são os comerciantes que têm suas embarcações, os prefeitos que não gostam de índios, os vereadores que não solucionam os nossos problemas, os donos das emissoras de rádio e televisão, os donos dos supermercados e etc. Nessa não escapam certos funcionários da FUNAI/IBAMA que são anti-indígenas, pelo menos isto é o que tenho comprovado em São Gabriel da Cachoeira e em outros interiores do Estado do Amazonas.

E bom a gente analisar que os gastos previstos da COIAB é de U\$ 376.542,00. Aliás insignificante se comparado com os gastos dos prefeitos e vereadores, governadores estaduais e federal, deputados estaduais e federais, senadores e ministros, presidente da FUNAI e diretores dos departamentos, delegados da FUNAI e chefes dos postos indígenas, enfim, durante muitos anos essa gente vem sugando o sangue dos pobres e índios que nunca foram esclarecidos.

Então, por que brigar por causa de uma mixaria de dinheiro? Por que atrapalhar o programa das bases que têm maior compromisso na luta? E por que não perguntar o quanto a FUNAI gasta com seus 5.400 funcionários que tiram o nosso couro? E por que não dizer também de certos assessores das

ONGs e missionários que estão na mesma panela?

Questiono essas situações, porque preciso do cumprimento da Legislação Brasileira; porque nunca aceitei e jamais aceitaria a interferência de terceiros para assuntos indígenas que causam divisões. Precisamos de aliados concretos, sinceros e menos acadêmicos para conjugar as nossas forças.

Poderia até mencionar os bons e maus assessores, mas acho importante falar no geral. O coração e a verdade falam mais alto. Quero frisar que não sou contra os verdadeiros aliados, mas aqueles que nos dividem realmente não é preciso ficar calado ou fingindo ser amigo.

Precisamos de autenticidade desde a filosofia até a prática de trabalho. Não precisamos de influência para trocar todo o tempo os coordenadores, para satisfazer o ego dos ádvenas que, bem ou mal, sustentam uma política alienígena para nossa realidade.

Hoje é muito fácil compreender quem somos e o que queremos. Não precisamos de muita influência ideológica de pessoas de fora, porque na prática essas não levam nada para nossas famílias. A palavra bonita ou apoio moral não sustentam a luta de cada dia, por isso, devemos ser claros diante de certos líderes indígenas que não defendem bem nossos interesses coletivos e individuais. É quando a gente fala isso, ficam até chateados e pensam que queremos o poder ou cargo nas organizações. A nossa luta não é o cargo ou função em qualquer organização, mas o pensamento e a capacidade de encarar o quadro nacional, saber questionar os

pontos cruciais que os parlamentares nos apresentam, mostrar os erros das autoridades omissas nos crimes contra os nossos povos. Acabamos de assistir um cenário de genocídio do povo Yanomami, o total descaso do Estado Brasileiro, controlado pelos grandes empresários bilionários que controlam a imprensa para confundir a opinião pública.

Sempre me preocupei com essa questão de impunidade, a malandragem do capitalismo moderno que pisa em nossos direitos constitucionais. Vamos pensar direito, caminhar juntos para encarar os nossos verdadeiros adversários, que sempre ocupam os nossos espaços no Congresso Nacional.

Talvez, muitos podem até rir de mim, mas reafirmo: enquanto o nosso povo indígena não valorizar seus candidatos próprios, sem dúvida teremos mais quatro anos de muita tensão e não vamos encontrar caminhos seguros neste país.

Não estou defendendo a minha candidatura e nem de outros companheiros, mas coloco a questão para um dos companheiros que vê o problema brasileiro, e, assim, poder transmitir uma mensagem diferente no Congresso Nacional para sensibilizar e questionar de igual para igual diante de certos parlamentares da Amazônia e resto do Brasil que ignoram a nossa autodeterminação. Estamos encruzilhados com tanta indelicadeza do Estado, ou seja, não é mais possível apanharmos calados, testemunhar os estrupos de crianças e mulheres indígenas, as matanças de nossos líderes e a fuga dos grandes criminosos acobertados por certas pessoas que se revestem de autoridade.

Vamos somar nossas vozes indígenas. Resolvi escrever

essas informações para poder discutir, livre dos intermediários, sobre a posição da UNIAO DAS NAÇOES INDIGENAS. Através da UNI-Nacional, independentemente de críticas tradicionais, vamos esclarecer mais informações para novas gerações. Não vamos disputar o espaço ou cargo de quaisquer organizações indígenas, mas procurar forças de líderes e organizações independentes de terceiros, procurar diálogo construtivo para não atropelar os métodos de trabalho, e reconquistar a dignidade de tantos líderes que foram assassinados e que fundaram a União das Nações Indígenas. Creio que temos uma experiência suficiente para andarmos sózinhos, sem intermediários, e saber fazer alianças necessárias e sérias para conjugar as nossas forças.

Não quero monopolizar a polêmica e tão pouco ofender aqueles que precisam de intermediários. Essa experiência eu já conheci quando era pequeno. Por exemplo, nasci na década de muito fanatismo do movimento católico dos missionários salesianos. Entre 1950 a 1960 as missões salesianas do Alto Rio Negro sofreram a resistência de nossos curandeiros ou sacerdotes tribais que ignoravam a salvação imposta pelo colonialismo. Os YAIWA (pajés) e KUMUA (curandeiros e filósofos tradicionais) resistiram sózinhos, realizando suas cerimônias tradicionais para curar as doenças. Era comum ver as cerimônias antes e pós-parto para dar os nomes tradicionais e se proteger dos espíritos malignos que pudessem causar doenças para pais e crianças recém-nascidas. De madrugada esses chefes instruíam seus filhos para transmitir toda sua sabedoria milenar. A noite era a mesma

coisa, isto é, o nosso culto era forte, por isso, havia muito respeito entre os líderes de vários clãs ou mesmo entre as diferentes tribos. Mas os missionários não gostaram e logo formaram os catequistas para rezar de manhã e à noite, antes e depois de qualquer refeição, e fizeram os "capitães" para destituir os nossos chefes. Surgiu assim o movimento religioso, chamado AÇÃO CATOLICA, e cujo objetivo era o de acabar com as aulas tradicionais de formação de novos YAIWA e KUMUA, BAIARDA (cantores) e de toda sociedade. Acabaram assim os grandes chefes tradicionais e seus instrumentos sagrados foram arrancados e enviados aos museus de Manaus, Belém, Rio de Janeiro, São Paulo, Berlim, Paris, Londres e Roma. Os nossos curandeiros morreram juntamente com os demais e algumas línguas desapareceram, porque seus líderes não tiveram força suficiente para resistir como tais, não realizaram mais suas festas tradicionais, ficaram tristes e não curaram mais suas enfermidades.

Os pajés ficaram com medo da repressão dos catequistas e capitães que seguiam o programa dos missionários. Morreram de gripe, coqueluche, sarampo, tuberculose e etc, porque, segundo os padres, era o castigo de Deus. E, por sua vez, os velhos diziam que eram por falta de cerimônias feitas com a resina da árvore, conhecida como HOPE (breu), cigarro feito de trabalho caseiro, e bebida para fortalecer o espírito dos curandeiros e do povo em geral.

Fomos sim derrotados, mas com dignidade. Ainda vamos resistir e dessa vez usando o diálogo fraterno entre os sobreviventes sábios.



Creio que as coisas de índios devem ser tratadas como tais e por eles mesmos, sem precisar de tantos intermediários. Isso faremos dentro da UNI-Nacional, portanto, não adianta outras pessoas dizer que somos falsos líderes ou fazer acordos com terceiros para substituir os nossos líderes.

Brasília, 17 de setembro de 1993

Alvaro Fernandes Sampaio

TUKANO